



## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Andresa Pinto da Silva, Número 11074 do curso Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, declara sob compromisso de honra, que o Projeto Final é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 11 de Outubro de 2019

Aluno, Andresa Silva

modQ\*sac.27

## **AGRADECIMENTOS**

*Que importa o sacrifício se a vitória é honrosa?  
(Helen Keller)*

Graças a apoios imprescindíveis, aos quais estarei para sempre grata, consegui ultrapassar obstáculos e alcançar feitos, que nunca antes imaginei ser possível.

Assim em primeiro lugar quero agradecer às Professoras Doutoras Susana Fonseca e Maria João Amante, pelas orientações, saberes transmitidos, paciência e, por me capacitarem a ser autónoma aquando da realização deste estudo. O meu muito obrigada, sem vocês este trabalho não seria possível.

Quero agradecer também à instituição que me permitiu recolher os dados, pois sem ela, nada do que está explícito neste trabalho, poderia em modo algum estar. Para além disso, agradeço ao Diretor da instituição, pela permissão em entrar na instituição, bem como pela ajuda e colaboração aquando da recolha dos dados.

Agradeço profundamente aos meus inquiridos, em terem prescindido um bocadinho dos vossos tempos para responderem ao instrumento de inquérito por questionário e, por partilharem comigo, a vossa opinião em diversos aspetos. Obrigada pela vossa sinceridade pois, sem a vossa colaboração, nada deste trabalho faria sentido.

Agradeço também à GNR da zona, uma vez que foram também um dos promotores à realização do estudo junto dos jovens, uma vez que estabeleceram em primeira instancia o contacto com o diretor da instituição. Foram, sem dúvida, fundamentais para que a instituição confiasse na credibilidade do presente estudo.

Aos meus pais por todo o apoio, carinho e pela confiança que depositaram em mim, fazendo-me acreditar que iria conseguir chegar ao fim. A vocês estarei eternamente grata.

Ao meu namorado, Rui Domingues, pela paciência e por demonstrares todos os dias que sou o teu orgulho. Sei que nunca duvidaste e que eu iria conseguir, foste um grande pilar.

À minha parceira de mestrado, Márcia Antunes, por todas as nossas conversas e apoios mútuos. Sem ti, teria sido ainda mais difícil.

Às restantes colegas pelo carinho transmitido, em especial, à Alexandra Dias, Sandra Loureiro e Sara Rocha.

## RESUMO

Na atualidade cada vez mais a nossa sociedade dá ênfase ao bem-estar e ao desenvolvimento integral da criança/jovem, sendo que toda a legislação que envolve esta população é imprescindível de modo a ser possível garantir-lhes os seus direitos. Garantir a sua efetivação é uma forma de lutar contra os maus tratos a que crianças/jovens podem ser expostos, pelo que esta garantia é um dever reconhecido pela sociedade.

O presente estudo visou perceber como os jovens institucionalizados se posicionam perante a instituição, escola, perspetivas de futuro e satisfação com a vida, tendo sido realizada uma investigação de cariz qualitativa, utilizando um Instrumento de Inquérito por Questionário e uma Escala de Satisfação com a Vida designada por *Satisfaction With Life Scale* (SWLS) sendo esta traduzida e aferida para a população portuguesa pelo autor Simões (1992). O presente estudo, contou com uma amostra de

11 sujeitos institucionalizados com idades entre os 11 e os 22 anos, sendo 5 do género feminino e 6 do género masculino. Em termos de resultados, conclui-se que para a generalidade dos jovens a instituição trabalha em prol do que realmente gostam e, em termos escolares consideram que é um meio propício para um melhor futuro. Referente às perspetivas de futuro concluiu-se que a maior parte dos inquiridos tem definidos os seus objetivos de vida, obtendo-se respostas direcionadas para as questões profissionais. Para a satisfação com a vida aferiu-se que mais de metade dos inquiridos apresenta médias acima do valor médio de 2,5, concluindo-se que, no geral, os jovens se sentem satisfeitos com a sua vida.

**Palavras-Chave:** Institucionalização, Escola, Perspetivas de futuro, Satisfação com a vida.

## **ABSTRACT**

Nowadays, our society increasingly emphasizes the well-being and integral development of the child/young people, and all the legislation that involves this population is essential in order to be able to guarantee their rights. Ensuring that effectiveness is a way of combating mistreatment to which children / young people can be exposed, that's the reason why this guarantee is a duty recognized by society.

The present study aimed to understand how institutionalized young people look to the institution, the school, perspectives of the future and satisfaction with life, a qualitative research was carried out, using a Questionnaire Survey Instrument and a Designated Life Satisfaction Scale by Satisfaction With Life Scale (SWLS) translated and measured for the Portuguese population by the author Simões (1992). This study considered a sample of 11 institutionalized people, ages between 11 and 22, 5 of which were female and 6 were male. As a result, the conclusion is that for young people the institution works in favor of what they really like and school wise they consider it's a very suitable way to achieve a better future.

Regarding future perspectives, it was concluded that the respondents have defined their life goals, obtaining directed answers to professional issues. Concerning satisfaction with life, it was confirmed that more than half of the respondents present results above average, value of 2.5, concluding in general that young people feel satisfied with their lives.

**Keywords:** Institutionalization, School, Perspectives of the future, Satisfaction with life.

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA .....	1
AGRADECIMENTOS .....	2
RESUMO .....	3
ABSTRACT .....	4
LISTA DE ABREVIATURAS .....	7
INTRODUÇÃO .....	1
<b>1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1. Enquadramento Histórico: A evolução da proteção à criança .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2. Crianças e Jovens em Risco: da sinalização à institucionalização .....</b>	<b>5</b>
<b>1.3. Institucionalização em Portugal: Enquadramento legal .....</b>	<b>7</b>
<b>1.4. A institucionalização como meio de autonomização: Projeto de Vida.....</b>	<b>10</b>
<b>1.5. Perspetiva de futuro e satisfação com a vida em contexto institucional.....</b>	<b>13</b>
<b>1.6. Intervenção Socioeducativa: O Educador Social e a Institucionalização..</b>	<b>16</b>
<b>2. PLANO DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1. Tipo de Investigação .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2. Formulação da Questão de Estudo .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3. Formulação de Objetivos .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4. Contexto de Estudo e Participantes .....</b>	<b>19</b>
<b>2.5. Instrumentos .....</b>	<b>21</b>
<b>2.6. Procedimento .....</b>	<b>23</b>
<b>2.7. Técnicas de Análise de dados .....</b>	<b>24</b>
<b>3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS RESULTADOS E COMPREENSÃO DA QUESTÃO DE ESTUDO .....</b>	<b>26</b>
CONCLUSÃO .....	43
BIBLIOGRAFIA .....	46
ANEXOS .....	55
Anexo A (Questionário) .....	55
Anexo B (Cronograma) .....	58
Anexo C (Consentimento) .....	60

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Dimensões em estudo.....	26
Tabela 2- Categorização referente ao objetivo "Identificar a qualidade das relações entre os jovens e com o pessoal auxiliar/técnicos.....	27
Tabela 3- Categorização referente ao objetivo "Perceber se a instituição trabalha em prol do que os jovens realmente "sonham".....	29
Tabela 4- Categorização referente ao objetivo "Conhecer eventuais mudanças institucionais propostas pelos jovens" .....	30
Tabela 5- Categorização referente aos objetivos "Conhecer a definição de escola para os jovens" e "Perceber as preferências de atividades escolares junto dos jovens".....	31
Tabela 6- Categorização referente ao objetivo "Identificar nível de importância que a escola tem para os jovens" .....	33
Tabela 7- Categorização referente ao objetivo "Conhecer a importância que atribuem à experiência escolar como meio para alcançar as perspectivas futuras" .....	34
Tabela 8- Categorização referente aos objetivos "Conhecer as perspectivas de futuro dos jovens" e "Perceber como pensam alcançar as perspectivas de futuro" .....	35
Tabela 9- Categorização referente ao objetivo "Identificar alteração de sonhos".....	37
Tabela 10- Categorização referente ao objetivo "Conhecer o conceito de satisfação com a vida dos jovens".....	38
Tabela 11- Média aritmética das respostas obtidas na SWLS (N=11).....	39
Tabela 12 Média Aritmética das Afirmações da SWLS.....	41
Tabela Cronograma.....	58

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LIJ- Lares de Infância e Juventude

LPCJ- Lei de Proteção de Crianças e Jovens

SNA- Sistema Nacional de Acolhimento

SWLS- *Satisfaction with Life Scale*

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo dos tempos e graças à mudança da ideia de que a criança não é um adulto em miniatura mas sim um indivíduo em fase de desenvolvimento com necessidades específicas, tem-se verificado uma crescente preocupação por parte da comunidade ao nível da prevenção e proteção das crianças/jovens expostas a situações de risco, que comprometem seriamente o seu desenvolvimento normativo (Direção-Geral da Saúde, 2016). Assim, e quando a proteção não é eficaz em contexto familiar, a generalidade dos casos são remetidos para o acolhimento residencial, expresso no artigo 35.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (LPCJ) (Lei n.º142/2015). Esta resposta prevê que sejam atendidas às crianças/jovens respostas às suas necessidades básicas, proporcionando um ambiente o mais similar possível a um ambiente familiar saudável e, o planeamento dos seus futuros de modo a integrá-los na sociedade de forma ativa (Lei n.º142/2015). Assim, é imprescindível que a criança/jovem, em contexto institucional, se sinta satisfeita com a sua vida, visto que o modo como cada um perspetiva e elabora o seu próprio projeto pessoal, depende em larga escala de dimensões quer temporais como motivacionais (Paiva, 2015).

Referente ao presente trabalho é de mencionar que se encontra enquadrado na disciplina de Dissertação/ Projeto/ Estágio, do 2º ano de mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação de Viseu. Assim remetendo para o presente estudo intitulado por “A instituição, escola, perspetivas de futuro e satisfação com a vida sob a perspetiva de jovens institucionalizados” é de referenciar que a escolha deste tema teve por base a pertinência e o interesse em analisar de que modo é que os jovens institucionalizados percebem o seu futuro e, ao mesmo tempo perceber os seus níveis de satisfação com a vida dentro da instituição, tendo como público-alvo crianças/jovens de uma instituição da zona centro do país. Enquanto Técnica Superior de Educação Social, a escolha do presente tema é fulcral, uma vez que, a nível institucional é importante a atuação junto dos jovens para uma boa integração sendo, por essa razão, importante aprofundar a presente temática para um melhor conhecimento enquanto profissional.

Em termos de investigação, o estudo será de cariz qualitativo, estabelecendo-se como questão de estudo: “Qual a perceção dos jovens sobre a instituição, escola, perspetivas de futuro e satisfação com a vida da zona centro do país?”. Já referente aos objetivos estipulou-se como objetivo principal: “Compreender como os jovens institucionalizados da zona centro do país se posicionam ao nível da instituição, escola, perspetivas de futuro e da sua satisfação com a vida”. Referente aos objetivos específicos definiram-se: “Identificar a qualidade das relações entre os jovens e o

peçoal auxiliar/técnicos”; “Identificar o conhecimento e a participação dos jovens nos seus projetos de vida”; “Perceber se a instituição trabalha em prol do que os jovens realmente “sonham”; “Conhecer eventuais mudanças institucionais propostas pelos jovens”; “Conhecer a definição de escola para os jovens”; “Perceber as preferências de atividades escolares junto dos jovens”; “Identificar a importância que a escola tem para os jovens”; “Conhecer a importância que os jovens atribuem à experiência escolar como meio para alcançar as perspectivas futuras”; “Perceber se os jovens falam na instituição sobre as suas perspectivas de futuro”; “Conhecer as perspectivas de futuro dos jovens”; “Perceber como pensam alcançar as perspectivas de futuro”; “Identificar alteração de sonhos”; “Conhecer o conceito de satisfação com a vida dos jovens” e “Analisar o grau de satisfação com a vida dos jovens dentro da instituição”.

No que concerne à estrutura da presente dissertação, é de referir que esta se encontra dividida em três partes fundamentais. Referente à primeira parte, denominada por “Enquadramento Teórico”, esta encontra-se subdividida em seis tópicos cruciais para a delimitação do tema em estudo, intitulados por: “Enquadramento Histórico: A evolução da proteção à criança”; “Crianças e Jovens em Risco: da sinalização à institucionalização”; “Institucionalização em Portugal: Enquadramento legal”; “A institucionalização como meio de autonomização: Projetos de Vida”; “Perspetivas de futuro e satisfação com a vida em contexto institucional” e, por último, “Intervenção Socioeducativa: O Educador Social e a Institucionalização”. Já sobre a segunda parte caracterizada pelo “Plano de Investigação”, encontra-se o estudo realizado para a presente dissertação contando com o tipo de investigação, a questão de estudo e respectivos objetivos, o contexto de estudo, instrumentos, o procedimento realizado, e pelas técnicas de análise de dados. Por último, na terceira parte, encontram-se explanados os resultados alcançados com o estudo efetuado, tendo sempre por base a revisão de literatura.

## **1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. Enquadramento Histórico: A evolução da proteção à criança**

Ao longo dos tempos o conceito de criança tem-se vindo a alterar sobretudo no que diz respeito à necessidade de proteção face a esta população. Em termos históricos e de uma forma breve, é de demonstrar 6 fases distintas no modo de entender a história da infância segundo as relações entre pais e filhos e os direitos reconhecidos às crianças em situações de maus tratos infantis, sendo que desde a Antiguidade até ao século II existiu a fase do infanticídio, na qual a sobrevivência da criança dependia das relações estabelecidas com os adultos. Desde o século IV ao século XIII surge a fase do abandono que vem diminuir o infanticídio sendo mais valorizados os laços afectivos, ainda que a família de origem enviava os filhos para famílias nobres e mosteiros. Já do século XIV ao século XVII a fase é designada por ambivalência que após séculos de maus-tratos às crianças, estas acabam por entrar na vida afetiva dos pais surgindo aqui as primeiras instituições de proteção. É no século XVIII que surge uma nova fase, a instrução, na qual há maior empatia ao nível dos relacionamentos para com as crianças. De XIX ao início do século XX surge a fase da socialização, sendo nesta época que os pais começam a dar maior relevância à educação dos filhos. Por último, século XX surge a fase da ajuda, na qual há uma maior ajuda dos pais aos filhos de modo a que consigam alcançar os seus próprios objetivos de vida (Lloyde de Mause, citado por Cansado, 2014).

Com isto, é de demonstrar que graças à crescente preocupação face às crianças, têm vindo a surgir documentos legislativos de proteção. Assim, surge no ano de 1924 pela Assembleia da Sociedade das Nações Unidas, uma resolução de proteção à infância, sendo um ano mais tarde ratificada para Declaração de Genebra (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Conselho da Europa, 2015). Já em 20 de novembro de 1959 surge a 1.<sup>a</sup> Declaração Universal dos Direitos da Criança, seguida da Convenção dos Direitos da Criança a 20 de novembro de 1989. Sobre a convenção esta é ratificada por Portugal a 2 de Setembro de 1990, surgindo dois anos mais tarde a 8 de julho a Carta Europeia dos Direitos da Criança (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Conselho da Europa, 2015). Já nos inícios do século XXI surge a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, tendo sido um marco importante, visto que era remetido sobretudo para as questões do ensino e de integridade física, inibindo por completo a exploração do trabalho infantil (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Conselho da Europa, 2015). A 1 de dezembro de 2009 surge o Tratado de Lisboa também ele fundamental

para a efetiva promoção dos direitos da criança, por parte da União Europeia (UE) (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Conselho da Europa, 2015). Claro está, que para além destas legislações, mais existem de proteção à criança/jovem, sendo de realçar a Lei n.º147/99 a designada Lei de Proteção de Crianças e Jovens, que ao longo dos anos tem vindo a ser alvo de inúmeras atualizações, tendo a última, sido no ano de 2018 de modo a que as intervenções junto das crianças/jovens seja o mais exequível possível com as distintas realidades a que esta população pode ser exposta (CNPDPJC, 2019).

## **1.2. Crianças e Jovens em Risco: da sinalização à institucionalização**

Assim, é de realçar que à criança/jovem cada vez mais há um maior reconhecimento dos seus direitos, sobretudo ao nível de proteção face ao perigo a que são expostos, “de provisão das suas necessidades gerais e específicas, incluindo físicas, educacionais, psicológicas e sociais” (Martins, 2015, p.129).

Deste modo, quando o meio familiar é o principal promotor de perigo para os menores, quando deveria ser a base de proteção e facilitação do desenvolvimento do indivíduo, é imprescindível que se accionem os meios fundamentais de proteção à criança/jovem (Martins, 2015). É neste âmbito que a sociedade tem um papel fulcral para a deteção de eventuais perigos a que as crianças/jovens estejam expostos, sendo o cidadão a primeira instancia a alertar as entidades competentes de proteção e promoção dos direitos da criança (Direção-Geral da Saúde, 2016).

É nesta perspetiva que deriva a alínea k do artigo 4.º da Lei 147/99, no qual estipula que a intervenção deve ser realizada de forma subsidiária (Lei n.º142/2015). Neste âmbito, é demonstrado que primariamente a intervenção junto dos indivíduos é iniciada pelas entidades de 1.ª instância denominadas por entidades com competência em matéria de infância e juventude sendo que quando a sua atuação não é eficaz, transmite para as entidades de 2.ª instância caracterizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), encontrando-se em última instância os tribunais (Lei n.º142/2015).

Ainda neste âmbito do princípio da subsidiariedade, é de explanar as medidas pelas quais são regidas as proteções às crianças/jovens, quando o ambiente familiar não é o mais adequado para o bom desenvolvimento. Assim, a Lei n.º147/99 demonstra no artigo 35.º as possíveis medidas a adotar, designadas por: “Apoio junto dos pais”, “Apoio junto de outro familiar”, “Confiança a pessoa idónea”, “Apoio para a autonomia de vida”, “Acolhimento familiar”, “Acolhimento residencial” e “Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção” (Lei n.º142/2015). Quando as cinco primeiras medidas não são sustentáveis para garantir a proteção da criança/jovem, utiliza-se em última instância a retirada do menor à família de origem, sendo a mesma colocada em contexto institucional (Lei n.º142/2015).

Assim, e fazendo a ponte entre a sinalização e a institucionalização, quando é identificada uma criança/jovem em situação de risco, é realizado um diagnóstico de modo a avaliar se há ou não existência da necessidade de retirar o indivíduo do contexto familiar (Alves, 2007 cit. por Santos, 2014). É durante este processo de

diagnóstico que são estipuladas tarefas/objetivos a cumprir, definidos pelos técnicos, no qual se o perigo for minimizado ou eliminado a criança/jovem não é retirada à família. Contudo caso a atuação dos técnicos não tenha surtido alterações de comportamentos e se continuem a verificar condições pouco propícias para o bom desenvolvimento do indivíduo, dá-se início ao processo de institucionalização (Alves, 2007 cit. por Santos, 2014). Este processo abrange obrigatoriamente um processo de promoção e proteção realizado tanto pela CPCJ como pelo tribunal, sendo que a atuação deste último existe, tal como demonstrado no artigo 11.º da Lei n.º147/99, pelos seguintes factos:

a) Não esteja instalada CPCJ na área de residência; b) a pessoa que deva prestar consentimento (...) haja sido indiciada pela prática de crime; c) não seja prestado (...) ou retirado consentimento necessário à intervenção da CPCJ; d) não seja obtido acordo de promoção e proteção; e) a criança ou jovem se oponha à intervenção da comissão de proteção; f) a comissão de proteção não obtenha a disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida; g) decorridos seis meses após o conhecimento da situação pela comissão (...) não tenha sido proferida qualquer decisão dos pais, representante legal (...); h) o Ministério Público considere a decisão da CPCJ ilegal ou inadequada (Lei n.º142/2015, p.7214).

Assim, primariamente a criança/jovem é encaminhada para Centros de Acolhimento Temporário (CAT), que permite à família de origem reunir as condições necessárias para o regresso do menor. Quando as condições não são cumpridas, os menores são reencaminhados para os Lares de Infância e Juventude (LIJ), estando o processo em contínua análise, de modo a propiciar um ambiente fulcral para o bom desenvolvimento da criança/jovem (Lei n.º142/2015).

### **1.3. Institucionalização em Portugal: Enquadramento legal**

Todas as legislações existentes na nossa sociedade são fundamentais uma vez que permitem não só regularem as relações estabelecidas entre os cidadãos como permitem que todos tenham acesso aos seus direitos e deveres, de modo a que a vida em comunidade seja igualitária e ausente de discriminações (Sousa, 2016). Assim, toda a pessoa humana está intimamente ligada aos processos de auto-realização tanto a nível pessoal como social, traduzindo-se na sua própria dignidade. Esta dignidade, tal como refere o autor Paixão (2000, cit. por Silva & Silva, 2004), exige respeito pelos direitos do Homem sendo considerado como “um instrumento ao serviço da vida (...) com o objectivo de respeito pelo ser humano (...) de modo a traduzir o reconhecimento da dignidade da pessoa” (Leandro, 2000, cit. por Silva & Silva, 2004, p. 12). Seguindo a perspetiva da ONU (1948) e tomando por base a Declaração Universal dos Direitos do Homem, é de referenciar que se encontra explícito nos artigos 1 e 2 que todo o Homem tem o direito a nascer igual e livre ao nível dos seus direitos, sendo que as ações existentes uns com os outros devem partir da fraternidade.

Remetendo esta questão dos direitos e da dignidade para as crianças e jovens, é de referenciar que na Constituição da República Portuguesa é estabelecido no artigo 69.º que toda a criança tem o direito à proteção por parte do estado, de modo a que lhe seja permitida o seu desenvolvimento integral, “contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão” (Constituição da República Portuguesa, 2005, p.24). Já no artigo 70.º é estabelecido que para os jovens a política deverá “ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens e a criação de condições para a sua efetiva integração na vida activa (...)” (Constituição da República Portuguesa, 2005, p.25). Para esta população e debruçando-me sobre o conceito de perigo é fundamental referenciar que, segundo a Lei n.º142/2015 (renovação à Lei n.º147/99), a criança/jovem encontra-se em situação de perigo quando: Está abandonada ou entregue a si própria; sofre de abusos sexuais (...); não recebe os cuidados (...); está ao cuidado de terceiros, (...) estabelecendo com eles vínculos; é obrigada a trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade; está sujeita a (...) comportamentos que afetem a sua segurança; assume comportamentos de consumo (Lei n.º142/2015, p.7212).

Assim a Lei n.º147/99, prevê no artigo 35.º possíveis medidas a adotar caso as situações acima mencionadas se verificarem, sendo elas: “apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida,

acolhimento familiar, acolhimento residencial e confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou instituição com vista à adoção” (Lei n.º142/2015, p.7219). Contemplando sobretudo a medida de acolhimento residencial, visto que é integralmente direcionado para o presente ponto do trabalho, é de demonstrar que esta “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes” (Lei n.º142/2015, p.7221). Neste sentido, Sistema Nacional de Acolhimento (SNA) demonstra que existe três patamares distintos inerentes à intervenção junto das crianças/jovens: o acolhimento de emergência, o acolhimento temporário e o acolhimento prolongado. Face à primeira tipologia é demonstrado que o acolhimento de emergência é executado quando é detetado uma situação de perigo para a criança/jovem tendo um período de duração no máximo de 48 horas (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, s.d.). Já sobre o acolhimento temporário, como o próprio nome indica, o período de retirada da criança/jovem à família é temporária, não podendo exceder os 6 meses de duração exceto se for detetada a necessidade de prorrogação até 12 meses (Lei n.º142/2015). Nesta situação o indivíduo poderá ser colocado em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) ou em famílias de acolhimento (Lei n.º142/2015). Referente ao acolhimento prolongado, este é encarado com um carácter definitivo, o que remete as crianças/jovens para os Lares de Infância e Juventude (LIJ), uma vez que há um esgotamento e uma inviabilidade no que concerne às medidas de promoção e proteção, realizadas anteriormente a esta decisão (Lei n.º142/2015). Tendo em conta a 5.ª alteração à Lei n.º147/99, as casas de acolhimentos podem-se organizar como uma resposta às situações de emergência, como uma resposta a problemáticas específicas com necessidades de intervenção educativa e terapêutica e, como apartamentos de autonomização para a autonomia dos jovens (Lei n.º26/2018).

Após pesquisa e, fazendo uma análise dos dados fornecidos pelo Instituto da Segurança Social (2017) no relatório CASA, referente ao número de institucionalizações existentes em Portugal, é de mencionar que no que concerne aos LIJ (acolhimento prolongado) existiam 4.633 em 2017, sendo que no ano de 2016 existiam 5.101, havendo uma redução de 468 crianças/jovens. Já sobre o acolhimento temporário em 2017 existiram 1.892, sendo que em 2016 existiam 2.048, havendo de novo uma redução de 156 crianças/jovens. Relativamente aos acolhimentos de emergência é de demonstrar que no ano de 2017 existiam 58 e, no ano de 2016 depararam-se com 54 casos, havendo um aumento em 4 casos (Instituto da

Segurança Social, 2017). Sob uma observação mais geral é de referenciar que no ano de 2017 houve menos inícios de acolhimento contando com 2.202 ao invés do ano de 2016 que contou com 2.396 acolhimentos. Um outro aspeto importante de revelar assenta no facto de em termos de acolhimentos cessados, no ano de 2017 cessaram 2.857 casos e, em 2016 terminaram 2.513 (Instituto da Segurança Social, 2017).

Assim, é de considerar que graças à Lei n.º147/99, a intervenção tem-se tornado cada vez mais regulamentada pelo Estado e comunidade, o que leva a uma melhor promoção da justiça, do desenvolvimento integral das crianças/jovens e, a uma maior consciencialização das problemáticas que envolvem esta população (Gonçalves, 2013).

#### **1.4. A institucionalização como meio de autonomização: Projeto de Vida**

“Os jovens não são o fracasso do sistema a precisar de proteção, mas sim indivíduos que podem ter sucesso se encontrarem estratégias que lhes permitam lidar com a sua vulnerabilidade” (Matos, Simões & Carvalhosa, 2000, cit. por Sousa, 2015, p.4). “A autonomia, sem recursos pessoais e proteções sociais, é uma fantasia. Ninguém se torna autónomo nem caminha para elevados padrões de autonomia sem ajudas sociais, nomeadamente em termos de direitos que permitam uma certa independência” (Barbosa, 2015, p.1001). Assim e segundo o ponto de vista do autor Pappámikail (2010), a autonomia estabelece-se na relação tríade entre a construção da autonomia do indivíduo, a conquista da sua liberdade e, em simultâneo na aquisição da sua independência.

Contemplando a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º147/99), e partindo de uma intervenção subsidiária tal como demonstrado no ponto 1.2. do presente trabalho e mencionado no artigo 4.º, alínea k, considera-se que a medida “Acolhimento Residencial” presente no artigo 35.º é quase das últimas a adotar uma vez que as anteriores não garantiram efetivamente a proteção da criança/jovem (Lei n.º142/2015). Deste modo a institucionalização não pode ser encarada como a única hipótese em colmatar uma falha mas antes como um meio de “proteção, confiança, segurança, estabilidade, inclusão, solidariedade, autonomia e responsabilidade” (Carvalho & Cruz, 2015) com o objetivo de garantir às crianças/jovens os cuidados a que têm direito (Batista, Brites, Cordeiro & Ribeiro, 2016). Uma das principais funções que as instituições contêm para *à posteriori* ser garantida a autonomização da criança/jovem, é a elaboração dos projetos de vida que resulta de um trabalho multidisciplinar entre os tribunais e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Enquanto seres humanos, todos temos objetivos de vida estabelecidos, acabando por serem eles que nos completam e nos orientam para os diversos caminhos a tomar (Oliveira, 1992). Assim, estes projetos de vida são cruciais pois contemplam atividades de iniciativa ao sujeito, englobando ao mesmo tempo pequenas tarefas de dia-a-dia bem como realizações mais complexas fundamentais para a vida (Little, 1983, cit. por Batista et al., 2016). Acrescentando, os projetos de vida supõem-se a ser um conjunto de metas que os indivíduos estabelecem e que pretendem alcançar, de modo a que o indivíduo consiga atingir a sua própria autonomização a diversos níveis (Velarde & Martínez, 2008). Após pesquisa e para o Instituto da Segurança Social (s.d.) é de demonstrar ainda que, agregado ao processo de acolhimento, pressupõem-se a realização de um diagnóstico da criança/jovem de

uma forma interdisciplinar (“médico, psicológico, social e jurídico” (p.102)), tal diagnóstico crucial à boa definição dos projetos de vida promovendo, sempre que possível, o retorno do indivíduo ao seio familiar sendo que, deste modo, cada criança/jovem deve ter o seu próprio processo individual organizado, agregando todas as questões pessoais, familiares e sociais (Instituto da Segurança Social, s.d.). É de referir que nestes deve ser contemplada a opinião da criança/jovem, tal como definido no artigo 84.º da Lei n.º147/99, desde que tenha idade/maturidade para tal participação (Lei n.º142/2015). Claro está, que é crucial a criança/jovem participar uma vez que são não só os autores principais na gestão das suas vidas, como é fundamental reger um projeto que sejam o quanto possível o mais ajustável ao interesse superior da criança (UNICEF, 1990).

Um facto explícito no Código Civil, artigo 1878.º, remete para o facto de uma das responsabilidades parentais passar por, de acordo com a maturidade dos filhos, “reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida” (Diário da República Eletrónico, 2017, p.347). Contrapondo e uma vez que, referente ao presente tema, as responsabilidades não são de cariz parental mas sim institucional, é crucial contemplar de novo a Lei n.º147/99, visto que tal como é mencionado no artigo 35.º alínea d, uma das medidas de promoção e proteção a adotar junto das crianças/jovens passa por “Apoio para a autonomia de vida” (Lei n.º142/2015, p.7219). Deste modo é dever das instituições proporcionar aos jovens com idades superior a 15 anos, apoios a nível económico e de acompanhamento social, de modo a capacitá-los à vida autónoma, tal como se encontra explícito no artigo 45.º da lei acima supracitada (Lei n.º142/2015).

Desta forma, e para que a autonomização seja levada a cabo, é crucial olhar para a criança/jovem como “um ser extremamente interactivo, sujeito autónomo de direitos humanos, titular de uma cidadania plena do ponto de vista do gozo desses direitos”, tal como refere o doutor Armando, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Leandro, 2007, p.12). Assim sendo considera-se fundamental garantir os direitos da criança e do jovem, explícitos no artigo 58.º da Lei n.º147/99 e, centrando sobretudo na autonomização desta população, encontra-se salvaguardada a obrigatoriedade em proporcionar um determinado grau de autonomia no que diz respeito à condução da sua vida bem como à permissão para receber dinheiro de bolso, sendo ambos fatores cruciais para a capacitação do jovem ao nível da gestão da sua vida (Lei n.º142/2015). Completando, tal como menciona a Constituição da República Portuguesa, artigo 70.º, perante o jovem é fundamental criar condições propícias ao seu desenvolvimento e à sua integração na vida ativa (Constituição da

República Portuguesa, 2005). É neste âmbito que mais uma vez os projetos de vida se demonstram tão importantes aquando da institucionalização, uma vez que através deles são estabelecidas todas as estratégias cruciais para a autonomização do indivíduo, bem como todas as necessidades quer “escolares, de formação, relacionais e afectivas” (Instituto da Segurança Social, s.d.).

Segundo dados da CASA 2017, é verificável que no que diz respeito aos projetos de vida, existiram 6.974 crianças/jovens com os seus projetos de vida definidos, sendo que no ano de 2016 existiam 7.412 projetos definidos (Instituto da Segurança Social, 2017). Dentro do ano de 2017, é demonstrado que destes projetos de vida, 2.640 são direccionados para as questões de autonomia dos jovens, 2.512 para a reintegração na família nuclear e 673 remetidos para a adoção (Instituto da Segurança Social, 2017).

Claro está, como a institucionalização é encarada como um meio de autonomização e de proteção de crianças e jovens em perigo, cada vez mais se defende que para além desta resposta dever-se-ia apostar cada vez mais em estruturas residenciais de modo a ser possível retardar a institucionalização (Delgado & Gersão, 2018; EAPN, 2017). Gradualmente tem-se vindo a verificar a adesão aos apartamentos de autonomização de modo a contornar a institucionalização dos jovens pelo que segundo dados da CASA no ano de 2016 existiam 63 e, no ano de 2017 existiam 79, havendo um acréscimo de 16 novos apartamentos (Instituto da Segurança Social, 2017).

### **1.5. Perspetiva de futuro e satisfação com a vida em contexto institucional**

Enquanto seres livres e autónomos, todo o Homem tem os seus próprios objetivos de vida definidos, visto que são um meio que nos completam e orientam para os diferentes rumos a tomar (Constituição da República Portuguesa, 2005).

Remetendo para as crianças/jovens institucionalizadas e, tal como é demonstrado pela UNICEF (1990) no artigo 3, “todas as decisões (...) adoptadas por instituições pública ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança” (p.6). Deste modo, e tal como demonstrado no ponto anterior do presente trabalho, os projetos de vida são imprescindíveis visto que auxiliam as crianças/jovens a delimitar metas e objetivos de vida a alcançar, sendo naturalmente uma ferramenta que para além de implicar a audição da criança tal como estipulado no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º12 de 2008 (Decreto-Lei n.º12/2008), permite ainda ser congruente com as perspetivas de futuro que os indivíduos possuem face à sua vida (Lei n.º142/2015).

Assim, e centrando na temática de perspetiva temporal Paiva (2015) demonstra que a perceção dos termos de espaço e tempo são fundamentais para a compreensão da existência do Homem, o que com o avançar dos tempos tem vindo a ser mais explorado através de teorias e avanços em diferentes áreas científicas (Paiva, 2015). Deste modo o espaço remete-nos para uma realidade específica e limitada, “uma vez que inclui a noção dos limites materiais onde o Homem se insere, correspondendo ao local físico em que os eventos ocorrem” (Paiva, 2015, p.36). Já a perceção de tempo, remete para um conceito mais vasto e mais difícil de mensurar, pelo que a noção do termo é “abstracta, intuitiva e subjectiva” (Paiva, 2015, p.36), no qual é encarado como uma ferramenta que permite calcular os acontecimentos, de um forma organizada e limitada em unidades de medida, como é o caso dos anos, dos meses, dos dias, das horas, dos minutos e dos segundos (Fraisse, 1984). Deste modo é de referenciar que esta noção de tempo tem sido analisada sobre três dimensões distintas: passado, presente e futuro. Sobre o presente, este é remetido para o aqui e agora, no qual os eventos são percecionados no momento em que a experiência está a ser vivida pelo próprio indivíduo (Paiva, 2015). Já sobre o passado, este remete-nos para memórias já ocorridas e vividas com um determinado significado para o indivíduo (Paiva, 2015). Para o futuro, a autora demonstra que este está interligado a determinadas expectativas sobre eventos que ainda não aconteceram, tendo “como referencial as experiências do passado, podendo determinar comportamentos (...) antecipatórios,

baseados no adiamento da gratificação ou recompensa” (Paiva, 2015, p.37). É neste âmbito que o fator da motivação é essencial, uma vez que quando uma pessoa tem motivação em organizar o seu presente, empenhando-se em ações específicas, consegue-as realizar sobre uma perspectiva de concretizar os seus projetos de futuro (Carvalho, 2015). Complementando para os autores Velarde e Martínez (2008), as perspectivas de futuro são encaradas como uma criação de uma representação mental do seu futuro no presente e, em simultâneo uma articulação com as suas metas, podendo estas serem a curto, médio e a longo prazo.

Tal como mencionado mais acima, esta temática tem vindo a ser mais aprofundada e estudada pelo que nas últimas décadas cada vez mais é possível clarificar aspetos conceptuais e metodológicos importantes para a delimitação da perspectiva temporal. Este contributo provém dos autores Kurt Lewin de 1951 a 1967, De Volder no ano de 1979, Gjesme em 1983, Nurmi em 1989, Nuttin em 1980, Nuttin e Lens em 1985 e de Zimbardo e Boyd no ano de 1999 (Paiva, 2015). Seguindo a linha de pensamento do autor Kurt Lewin a perspectiva temporal era encarada como “a totalidade das visões de um indivíduo sobre o seu passado e futuro psicológicos num determinado momento presente” (Lewin, 1951 cit. por Paiva, 2015, p.38). Complementando e, agora seguindo a linha de pensamento dos autores mais recentes para Zimbardo e Boyd (1999), a perspectiva temporal é um processo inconsciente que através das experiências pessoais e sociais ocorridas num determinado quadro temporal, permite ao indivíduo a ordenar e a dar significado a essas experiências. Nesta medida, e graças a essa atribuição de significados é que o indivíduo poderá desejar que os padrões temporais se repitam ou que seja um evento não recorrente na sua vida (Hall, 1983 cit. por Zimbardo & Boyd, 1999).

Analisando a questão das perspectivas de futuro com as crianças e jovens institucionalizadas, para os autores Velarde e Martínez (2008), a conjugação dos sonhos dos jovens com a vivência numa instituição, influencia em larga escala não só as suas condições de vida como os projetos que os jovens tendem a fazer face ao futuro. Corroborando e segundo um estudo realizado por Henriques (2008, cit. por Mota & Oliveira, 2017) os jovens institucionalizados demonstraram expectativas de futuro reduzidas e pouco estruturadas, devido à pouca perceção que têm face ao seu suporte social. Segundo Bowlby (1988, cit. por Mota & Oliveira, 2017) esta situação deve-se uma vez que as escolhas para o futuro mais estruturadas e coerentes, são intimamente influenciadas pela relação estabelecida com as figuras primordiais, visto que moldam comportamentos e criam modelos internos no indivíduo, facto que é mais

difícil acontecer dentro das instituições. Contrapondo, e face ao estudo realizado por Dell'Aglio (2010), os jovens institucionalizados demonstraram terem estabelecidos objetivos de vida e perceberem coerentemente o seu futuro, demonstrando em simultâneo níveis elevados de satisfação, devendo-se ao facto de no presente terem respostas ao nível do seu bem-estar e, boas condições de vida.

Com isto, e fazendo a ponte das perspetivas de futuro para a satisfação com a vida em contexto institucional foi apurado que apesar da ausência de figuras primordiais se, a criança/jovem estiver satisfeito com a sua vida, mais fácil será perspetivar o seu futuro. Assim, importa especificar que a satisfação com a vida é perspetivado através de uma avaliação global que o próprio faz acerca do seu percurso, analisando dimensões específicas e níveis de satisfação num todo (Reverendo, 2011). Para Pavot, Diener, Colvin e Sandvik (1991) a satisfação com a vida é encarada como um julgamento que o indivíduo realiza individualmente avaliando a qualidade da sua vida, com base nos seus próprios critérios/crenças. Esta avaliação provém do que o indivíduo efetivamente presencia/vive com um conjunto de padrões de satisfação que o próprio auto definiu, traduzindo-se na sua satisfação com a vida (Pavot et al. 1991). Assim, os critérios são estabelecidos pela própria pessoa com base nas suas expectativas, experiências já vividas e nos seus valores (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985). Complementando para Campbell, Converse e Rodgers (1976), a satisfação com a vida é analisada através da comparação entre o real e o ideal, numa perspetiva que confronta o que se ambiciona com o que se concretiza para o conseguir alcançar. Reverendo (2011) refere também que a satisfação com a vida é encarada como uma satisfação com o presente, passado e futuro, contemplando os possíveis desejos de mudar de vida. Corroborando, a satisfação é um componente do bem-estar subjetivo interligada aos julgamentos realizados em torno da própria vida agregando aspetos quer racionais quer intelectuais (Kacmar, Miller & Zivnuska, 2019; Campina et al., 2017).

## **1.6. Intervenção Socioeducativa: O Educador Social e a Institucionalização**

“O Educador Social desempenha um papel importante junto dos sujeitos com os quais interage, pois dele depende uma integração social positiva nos contextos em que vivem” (Mateus, 2012, p.61). Articulando o papel do Educador Social com a questão da institucionalização, considera-se impreterível o exercício de uma intervenção que tenha por base o superior interesse da criança, tal como é estabelecido no artigo 4.º da Lei n.º147/99, uma vez que a atuação do técnico deve garantir um desenvolvimento harmonioso para a criança/jovem tal como estipulado na Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1990). Assim, o Técnico Superior de Educação Social poderá exercer a sua função, em termos da institucionalização, em prol quer das necessidades das crianças quer dos seus interesses pois, seguindo o autor Iglésias (2013, cit. por Barbas, 2014), as crianças/jovens inserem-se de uma forma mais facilitada nas instituições, quando se sentem confortáveis e afastados de ambientes que possam ser eventualmente castradores. Para além disso, o Educador Social é crucial nas instituições de modo a garantir a efetivação dos direitos das crianças/jovens e, em simultâneo assegurar as proteções jurídicas e não jurídicas (UNICEF, 1990).

Para além destas funções, o Educador Social poderá ainda assumir a função de garantir que a criança/jovem seja protegido e respeitado, inibindo possíveis agressões e humilhações, sendo que ao mesmo tempo, poderá demonstrar as diferentes regras de convivência da instituição, tal como prevê o Instituto da Segurança Social (2010). Além disso, poderá ajudar a manter a privacidade da criança/jovem sobre o seu percurso de vida e, ao mesmo tempo, articular as relações com a família de origem, se assim for permitido pelo Tribunal (Instituto da Segurança Social, 2010).

Para finalizar, o Educador Social tem também um papel importante junto da sociedade de modo a minimizar a estigmatização face a esta população, e em simultâneo promover-lhes proteção especialmente “às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal”, tal como se encontra estabelecido no artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa (Constituição da República Portuguesa, 2005, p.24). Para além disso, o trabalho do Educador Social poderá passar por auxiliar na inserção dos jovens na vida em sociedade, promovendo a sua autonomização através de ferramentas de autogestão (Carvalho & Baptista, 2004).

## **2. PLANO DE INVESTIGAÇÃO**

### **2.1. Tipo de Investigação**

No presente estudo considerou-se pertinente optar por uma metodologia de cariz qualitativo pois, tal como é mencionado por Freitas (2013), este tipo de investigação permite ao investigador obter respostas suportadas nas perspetivas de diferentes pessoas, de modo a permitir uma reflexão e compreensão do que é pretendido analisar. Enquanto metodologia qualitativa é importante resguardar o estudo de possíveis generalizações, uma vez que as análises são realizadas consoante a realidade e as experiências do próprio indivíduo (Freitas, 2013). Neste tipo de pesquisa, procura-se e privilegia-se sobretudo a diversidade visto que é crucial garantir que a investigação se baseie na realidade sob diferentes pontos de vista, sendo necessário assegurar a individualidade dos sujeitos e/ou dos contextos de estudo (Guerra, 2010).

Assim, é de referir que cada vez mais este tipo de investigação tem vindo a ganhar mais importância, uma vez que permite não só realizar uma recolha sistemática dos dados ao invés da mera quantificação (Carmo & Ferreira, 1998), suportando-se ao mesmo tempo na abrangência da sua análise (Almeida & Freire, 2008).

Ainda neste âmbito considera-se importante realçar as questões éticas no que diz respeito a esta investigação, sendo que para a participação neste género de estudos, os indivíduos devem ser informados quer dos objetivos quer da finalidade do estudo, explicando ao sujeito em que consiste a sua participação e a sua importância, devendo estes dados serem contemplados nos consentimentos informados. Para além disso, é imprescindível demonstrar aos sujeitos que têm a livre vontade de querer ou não participar no estudo, bem como a confidencialidade das suas respostas e a não divulgação da sua identificação (Fortin, Prud'homme-Brisson & Coutu-Wakulczyk, 2000).

### **2.2. Formulação da Questão de Estudo**

Primariamente e consoante as etapas previstas na realização de projetos de investigação científica é de mencionar que a organização de um projeto passa pela definição da questão orientadora da investigação, face ao que é pretendido estudar (Moreira, 1994).

Assim, para o presente estudo e, tendo sob ponto de vista que a sua finalidade é essencialmente analisar as perspetivas de futuro e a satisfação com a vida bem

como o modo que os jovens percebem a instituição e a escola que frequentam, optou-se pela seguinte questão de estudo: “Qual a percepção dos jovens da zona centro do país sobre a instituição, escola, perspectivas de futuro e satisfação com a vida?”

Esta definição teve por base a análise e a revisão bibliográfica centrada na temática em estudo, visto que é imprescindível a realização de um estudo com fim de analisar de uma forma mais exaustiva o que já é conhecido sobre o assunto, tentando, de certo modo, acrescentar, corroborar e/ou confrontar o já existente com os resultados obtidos (Almeida & Freire, 2008).

### **2.3. Formulação de Objetivos**

Oliveira (1992) e sobre os objetivos cruciais ao avanço de um estudo, defende que a teoria da definição de objetivos “para uma determinada tarefa influencia o modo como esta é desempenhada e específica os fatores que afetam os objetivos e suas relações com a ação e o desempenho” (p.309). Esta definição é fundamental visto que há um estabelecimento de metas previstas a alcançar, tendo assim um papel imprescindível num estudo uma vez que são os guias orientadores de toda a pesquisa (Carmo & Ferreira, 1998).

Assim, e tendo por base a questão de estudo acima mencionada, considerou-se pertinente estabelecer como objetivo principal:

“Compreender como os jovens institucionalizados da zona centro do país se posicionam ao nível da instituição, escola, perspectivas de futuro e da sua satisfação com a vida”.

Já sobre os objetivos específicos, considerou-se plausível estabelecer:

- Identificar a qualidade das relações entre os jovens e o pessoal auxiliar/técnicos;
- Identificar o conhecimento e a participação dos jovens nos seus projetos de vida;
- Perceber se a instituição trabalha em prol do que os jovens realmente “sonham”;
- Conhecer eventuais mudanças institucionais propostas pelos jovens;
- Conhecer a definição de escola para os jovens;
- Perceber as preferências de atividades escolares junto dos jovens;
- Identificar a importância que a escola tem para os jovens;
- Conhecer a importância que os jovens atribuem à experiência escolar como

meio para alcançar as perspetivas futuras;

- Perceber se os jovens falam na instituição sobre as suas perspetivas de futuro;
- Conhecer as perspetivas de futuro dos jovens;
- Perceber como pensam alcançar as perspetivas de futuro;
- Identificar alteração de sonhos;
- Conhecer o conceito de satisfação com a vida dos jovens;
- Analisar o grau de satisfação com a vida dos jovens dentro da instituição.

#### **2.4. Contexto de Estudo e Participantes**

Após a definição da questão de estudo e dos objetivos orientadores da investigação, avança-se para a fase de escolha e seleção de inquiridos bem como os métodos e técnicas necessárias a utilizar.

Deste modo, para a presente investigação e, após contactos efetuados com distintas instituições sobretudo na zona norte do país, apenas foi conseguido e autorizado o estudo numa instituição da zona centro, pelo respetivo Diretor, para recolha dos dados junto de jovens institucionalizados. Assim é de referir que a seleção da presente instituição foi proveniente da rede de contactos da discente, de modo a ser possível a recolha dos dados fundamentais à realização do estudo, sendo caracterizada por uma amostra não probabilística de conveniência, o que não permite que a amostra seja representativa da população em geral (Carmo & Ferreira, 2008). Porém, é de demonstrar que apesar de a amostra ser por conveniência, esta acaba por ter as suas vantagens, visto que para Vicente, Reis e Ferrão (1996), esta amostragem permite identificar aspetos críticos e ideias gerais podendo ser mais vantajoso do que a objetividade científica.

Em termos de amostragem, considerou-se pertinente abranger jovens na fase da adolescência, devido ao seu estágio de desenvolvimento. Tal como demonstra Piaget (1993, cit. por Santos, 2017) existem quatro estádios de desenvolvimento denominados por: Sensório-motor, pré-operacional, operatório concreto e operatório formal. Centrando sobretudo no estágio das operações formais direcionado para jovens com idades superiores aos 12 anos, o autor supracitado demonstra que é nesta fase que o jovem faz raciocínios não só a partir do que é visível mas sim a partir de determinadas relações que se podem estabelecer.

Assim, a instituição para estudo acolhe 23 jovens, quer do género feminino e masculino, com idades compreendidas entre os 5 e os 22 anos, sendo que para o

presente estudo, apenas foi possível contar com a participação de 11 inquiridos, visto que 1 tinha apenas 5 anos de idade, 5 tinham limitações cognitivas e 6 negaram a participação no estudo. Deste modo, centrando somente nos inquiridos é de demonstrar que as suas idades encontram-se compreendidas entre os 11 e os 22 anos, apresentando uma idade média de 15,82. Em termos de género participaram 5 do género feminino e 6 do género masculino. Sobre o ano de escolaridade apurou-se que 1 frequenta o 5.ºano, 1 o 6.º ano, 2 o 7.ºano, 1 o 9.ºano, 2 o 10.ºano, 3 o 12.ºano e 1 o ensino superior. Destes 11, 5 jovens frequenta cursos profissionais sendo 2 da área da restauração, 1 da área da organização de eventos, 1 da área da saúde e 1 da área do desporto.

Debruçando-me mais exaustivamente na idade dos inquiridos é de demonstrar que existe pelo menos uma jovem com idade superior aos 18 anos, o que indica que a instituição segue o artigo 63.º da Lei n.º 23/2017 (proveniente da terceira alteração à Lei n.º147/99), visto que com as novas alterações à lei, a idade limite para a saída da instituição, aumentou para os 25 anos (Lei n.º26/2018). Este aumento deve-se ao facto de cada vez mais os jovens quererem prosseguir os estudos académicos, o que pode ser observável pelo presente estudo, visto que a generalidade dos inquiridos menciona ser importante os estudos para futuramente, os empregos serem melhores e mais bem remunerados. Para além deste facto, tal como menciona o autor Andrade (2010), os jovens tendem a permanecer mais tempo nas suas habitações devido à dificuldade no nível da sua autonomia económica resultante da demora em encontrar trabalho. Mais ainda é de acrescentar, apesar de não constar nos resultados obtidos dos inquéritos por questionário, que graças à conversa entre a discente e o diretor da instituição, foi possível apurar que aos jovens com idades superiores aos 18 anos, a instituição potencia ainda a sua entrada para apartamentos de autonomização, dentro do mesmo recinto que a instituição, de modo a capacitá-los para a vida autónoma. Assim, é de realçar que tal como é demonstrado na Lei n.º147/99, artigo 35.º alínea (d), a presente instituição trabalha em prol da autonomização dos indivíduos (Lei n.º142/2015), visto que os insere em casas o tanto quanto similares com as casas que virão a ter quando saírem da instituição. Sob o olhar enquanto Técnica Superior de Educação Social é de afirmar que estes apartamentos são destinados a apoiar na transição para a vida adulta de jovens em contexto de instituição, pelo que se torna imprescindível a atuação dos técnicos, visto que é crucial um trabalho em rede de modo a articular distintos serviços e recursos que capacitem os jovens a autonomizarem-se (Decreto-Lei n.º64/2007).

## 2.5. Instrumentos

Neste âmbito e tendo em conta toda a envolvente da presente investigação, inicialmente foi perspectivado e delineado em unanimidade com a orientadora e co-orientadora, um instrumento de inquérito por entrevista, de modo a ser possível a recolha de dados junto dos jovens, bem como proporcionar um contacto direto entre a discente e os mesmos. Tal tentativa, foi de imediato interdita pelo Diretor da instituição, uma vez que se considerou que os jovens iriam recusar em responder às questões realizadas, visto que no dia-a-dia os técnicos sentem alguns constrangimentos e dificuldades por parte dos jovens em falar das suas vidas pessoais. Esta questão do uso de entrevistas seria muito benéfico, pois tal como demonstra o autor Guerra (2010), graças a este método há uma maior susceptibilidade de os sujeitos abordarem as suas perceções sobre a realidade, provenientes das experiências por eles vividas. Assim foi necessário contornar tal entrave pelo que, de modo a ser possível a recolha de dados junto dos jovens, foram definidos os seguintes instrumentos: um Instrumento de Inquérito por Questionário (Anexo A) construído para o efeito e a Escala de Satisfação com a vida denominada por *Satisfaction With Life Scale* (SWLS).

Sobre a escolha da Escala de Satisfação com a Vida, objetiva-se perceber em que medida os jovens institucionalizados estão satisfeitos com a sua vida na instituição, uma vez que tal como refere (Siqueira e Dell'Aglio, 2006) ao serem revelados valores elevados de satisfação com a vida, poderá ser um indicador de que a instituição é uma fonte de apoio para o jovem. Sobre o presente instrumento é de referenciar que foi construído por Diener, Emmons, Larsen e Griffin no ano de 1985, sendo composta por sete respostas, que visavam avaliar o bem-estar subjetivo dos indivíduos (Brustad, 2010). Assim, a SWLS pretendeu medir a satisfação que os indivíduos possuíam com a vida articulando com as forças que a influenciavam (Pavot & Diener, 2008), sendo que apresentava bons níveis de consistência interna (coeficiente alfa Cronbach's de 0,82) (Brustad, 2010). Para a população portuguesa, houve validação no ano de 1990 por Neto, Barros e Barros, existindo uma nova validação por Simões no ano de 1992, tendo sido alargada para a amostra deste estudo (Brustad, 2010). Para a nossa população, a escala passava a ser constituída apenas por cinco *itens*, formulados na forma positiva e, cotados numa escala de *Likert* de 5 pontos nomeadamente “discordo muito”, “discordo um pouco”, “não concordo nem discordo”, “concordo um pouco” e “concordo muito” (Brustad et al., 2010). Em termos de resultado, é obtido através da média aritmética das respostas, sendo que

quanto mais a média for elevada maior satisfação com a vida o sujeito possui (Machado & Reverendo, 2012). Complementando, Neto (1993, cit. por Brustad et al., 2010) destacou a fiabilidade e validade da SWLS quando aplicada em adolescentes e jovens adultos, da população portuguesa.

Acerca do Instrumento de Inquérito por Questionário, este visa sobretudo uma visão global da opinião de cada jovem, face à questão de estudo acima demonstrada. O questionário é constituído sobretudo por questões de resposta não estruturada, encontrando-se dividido em quatro capítulos denominados por “Dados Sociodemográficos”, “Instituição”, “Escola” e “Perspetivas de Futuro”. É de mencionar que o presente instrumento é de auto-administração, uma vez que, por exigência da instituição, esta forma para a recolha de dados implicava um menor contacto entre a discente e os jovens, sendo propício obter respostas mais sinceras.

Assim, no primeiro capítulo “Dados Sociodemográficos”, objetivou-se recolher dados básicos do participante, como a idade, género e ano de escolaridade/curso que frequenta. No segundo capítulo “Instituição” perspetivou-se recolher informações sobre as relações que os jovens estabeleciam entre si e os auxiliares/técnicos. Para além disso, pretendeu-se analisar o seu conhecimento sobre o projeto de vida e a participação no mesmo. Um outro aspeto também abordado é o desejo de mudar alguma coisa dentro da instituição e, o que significa para cada indivíduo o conceito de satisfação com a vida, sendo este dado de elevada importância para confrontar com os resultados obtidos na escala SWLS. Já no terceiro capítulo “Escola” são efetuadas questões sobre a importância da escola na vida dos inquiridos, com o intuito de perceber se consideram ou não que a escola seja um caminho promissor para um melhor futuro. Por último capítulo “Perspetivas de futuro” pretendeu-se analisar os ideais de futuro de cada jovem, bem como identificar se o sonho de vida de cada um foi ou não alterado.

De modo a que este instrumento de inquérito por questionário não fosse alvo de erros, foram realizados pré-testes, de modo a aferir eventuais dificuldades de compreensão do pretendido. Assim, tal como exige um pré-teste, deve ser implementado em indivíduos o mais similar possíveis com a amostra, pelo que a discente, implementou junto de jovens com idades compreendidas entre os 12 e 16 anos de idade. Graças a esta implementação, foi possível proceder a alterações sobretudo a nível gramatical, de modo a facilitar a compreensão por parte dos inquiridos.

## **2.6. Procedimento**

No presente ponto demonstrar-se-ão as etapas fundamentais à realização deste estudo (Anexo C).

Num primeiro passo foi realizada uma revisão de literatura, de modo a apurar os estudos já existentes na presente temática, bem como os resultados que têm vindo a ser obtidos por diferentes autores. Com base nesta revisão, foi estabelecida a questão de estudo bem como os objetivos que o estudo visa alcançar, ambos imprescindíveis para a orientação da investigação. Posteriormente foram estabelecidos distintos contactos com instituições, de modo a ser possível a autorização da implementação do estudo, porém, tal como mencionado no ponto 2.4. do presente trabalho, de 6 instituições maioritariamente da zona norte do país, apenas se obteve resposta positiva de uma instituição, situada na zona centro.

Assim e após resposta positiva, foi estabelecido um contacto prévio com o Diretor da Instituição para que fosse possível a realização de uma entrevista junto das jovens institucionalizadas, sendo que a discente foi orientada ao invés de realizar uma entrevista, formular um questionário para os jovens, visto ser mais viável ao nível da sinceridade dos jovens.

À medida que este contacto foi sendo estabelecido, foram estruturados/selecionados os instrumentos apropriados a usar, pelo que após pesquisa considerou-se pertinente utilizar a escala SWLS, visto ser orientada para as questões da satisfação com a vida, sendo um dos pontos cruciais ao desenvolvimento do trabalho. Para além deste foi realizado pela discente, um Instrumento de Inquérito por Questionário, para recolher os dados referentes sobretudo às perspetivas de futuro que os jovens institucionalizados possuíam. É de salientar que o questionário construído pela discente foi baseado em fontes credíveis de modo a serem selecionadas as questões mais relevantes e ajustadas ao tema. Para além disso e, antes da sua efetiva implementação, com o decorrer do tempo foi sendo alvo de diferentes modificações, graças ao pré-teste realizados juntos de outros jovens (com idade similares à dos inquiridos), que permitiram à discente apurar determinadas lacunas presentes no instrumento.

Para além dos instrumentos acima demonstrados, foi elaborado um consentimento informado (Anexo D) direcionado à instituição, de modo a autorizar a recolha de dados bem como demonstrar os objetivos do estudo e, garantir as questões de anonimato e confidencialidade, salvaguardando informações pessoais a que o estudo terá acesso. Em conversa com o diretor da instituição e respectiva psicóloga,

foram demonstrados os instrumentos a utilizar, pelo que por eles não foi colocado nenhum entrave, uma vez que não só em momento algum os inquiridos seriam identificáveis, bem como não existiam questões que pudessem ferir susceptibilidades.

Posteriormente a estas etapas procedeu-se à efetiva recolha dos dados, pelo que o diretor da instituição juntamente com a psicóloga, distribuíram os instrumentos de inquérito pelos jovens, tendo tido esta recolha a duração de quatro semanas, aproximadamente. É de referir que aos jovens, antes do preenchimento do questionário, lhes foi demonstrado o direito a não participar, se assim o desejassem.

Após recolha, a discente procedeu à análise dos dados, pelo que o método escolhido em unanimidade com a orientadora e co-orientadora passa pela Análise de Conteúdo. Assim sendo, foram respeitadas todas as etapas agregadas a esta análise, que serão demonstradas no ponto 2.7. do presente trabalho. Através desta técnica foi possível a delimitação de dimensões, de sub-dimensões, de categorias, de subcategorias e do n.º de referências obtidas em cada resposta, de modo a ser possível um tratamento de dados concisos com o obtido, para fins de investigação científica. Tais dados encontram-se demonstrados no ponto 3 deste trabalho, onde estão contemplados os resultados obtidos articulados a análises provenientes da revisão da literatura.

## **2.7. Técnicas de Análise de dados**

É graças à recolha de dados que é possível realizar uma análise o mais exaustiva possível, de modo a retirar dados que permitam um melhor conhecimento do tema e, em simultâneo, acrescentar, se possível, eventuais pormenores que ainda não existam nas revisões de literatura.

Assim, e após esta recolha avança-se para a fase de codificação e análise dos dados, sendo a última etapa dos estudos de investigação. É nesta fase, que o investigador centra a sua atenção e mede os pontos mais importantes a aprofundar, podendo comparar os resultados obtidos com o que perspectivava alcançar (Moreira, 1994). Deste modo e referente à análise dos resultados provenientes do estudo a implementar, considerou-se pertinente recorrer à Análise de Conteúdo e, em simultâneo à Estatística Descritiva.

Sobre a Análise de Conteúdo, é definida por um “conjunto de instrumentos metodológicos (...), que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos” (Fossá & Silva, 2015, p.3), permitindo o surgimento de indicadores cruciais à inferência de conhecimentos sobre a produção e receção dessas fontes (Bardin, 2004). Em termos

de abordagem qualitativa, esta técnica privilegia a presença ou ausência de uma determinada característica, enquanto numa abordagem quantitativa dá maior ênfase à frequência das características (Caregnato & Mutti, 2006). Referente aos procedimentos, esta técnica, de modo a ser realizada devidamente, pressupõe: uma primeira leitura (de modo a anotar as impressões iniciais), uma segunda leitura e pré-categorização, uma terceira leitura e a construção da grelha de categorias, o agrupamento de elementos (subcategorias) e, por fim, a contagem da frequência final (Nascimento & Menandro, 2006). Graças a esta técnica é possível “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (Bardin, 2004, p.112). Em termos de dados recolhidos é de referenciar que a discente é remetida para um estudo de cariz qualitativo visto que a recolha provém de um questionário não estruturado, sendo crucial a categorização das respostas para a sua análise. Assim, em termos de categorização é de referir que as categorias do questionário serão definidas após leituras flutuantes das respostas obtidas por parte dos inquiridos. É através desta categorização, que será possível realizar uma análise exaustiva dos dados obtidos e, em simultâneo, retirar as devidas conclusões.

Relativamente à regra de enumeração, a discente optou por apresentar os resultados tendo em conta a ordem das questões do questionário.

Já sobre a Estatística Descritiva, esta técnica visa a efetiva descrição dos dados quer sejam de uma população ou de uma amostra, no qual o investigador deve descrever os resultados obtidos tal e qual como eles são (Ferreira, 2005).

Após a categorização, perspectivou-se recorrer à ferramenta Nvivo, visto que é um programa que permite organizar e conseqüentemente analisar dados qualitativos (QSR, 2014). Contudo e, uma vez que a amostra não era numerosa, a análise e categorização dos dados foi realizada à mão, pela discente.

### 3. Apresentação, análise dos resultados e compreensão da questão de estudo

É no presente ponto do trabalho que serão apresentados os resultados obtidos, interligados a uma análise exaustiva tendo sempre por base a revisão da literatura, de modo a aferir se o obtido coincide ou não com outros distintos autores.

Deste modo, e tal como demonstrado no ponto 2.7, foi realizado uma análise de conteúdo proveniente de leituras flutuantes, de modo a estruturar categorizações necessárias à análise do presente estudo. Assim, ao longo do texto a informação encontrar-se-á sintetizada através de tabelas que irão demonstrar as dimensões, sub-dimensões, categorias, subcategorias e número de referências, provenientes das respostas dos inquiridos. É de referir ainda que, a presente análise terá sempre por base os objetivos específicos, presentes no ponto 2.3. deste trabalho.

De forma a inicializar a presente análise dos resultados, da análise efetuada aos instrumentos de inquérito por questionário, foram definidas 5 dimensões:

Tabela 1  
*Dimensões em estudo*

<b>Dimensões</b>	<b>N.º de Referências (%)</b>
<b>Relacional</b>	<b>29 (10,5%)</b>
<b>Institucional</b>	<b>68 (24,6%)</b>
<b>Escolar</b>	<b>78 (28,3%)</b>
<b>Perspetivas de futuro</b>	<b>87 (31,5%)</b>
<b>Satisfação com a vida</b>	<b>14 (5,1%)</b>
<b>Total de Referências</b>	<b>276 (100%)</b>

Referente à tabela acima apresentada é de aferir que a dimensão “Perspetivas de Futuro” foi a mais abordada contando com uma percentagem de 31,5%. Para a dimensão “Relacional”, esta conta com uma percentagem de 10,5%. Referente à dimensão “Institucional” apresenta uma percentagem de 24,6% e, a dimensão “Escolar” apresenta 28,3%. Por último, a dimensão “Satisfação com a vida” conta com 5,1%.

Seguidamente encontrar-se-á explanadas as categorias e subcategorias definidas para cada dimensão consoante a análise de conteúdo realizada aos dados recolhidos dos instrumentos de inquérito por questionário. Destas categorias, realizar-se-á uma análise tendo em conta os objetivos específicos definidos no ponto 2.3.

Sobre a dimensão “Relacional” direcionado para o objetivo “Identificar a qualidade das relações entre os jovens e com o pessoal auxiliar/técnicos”, referente às questões 2.1. e 2.2. do instrumento de inquérito por questionário, foram definidas as seguintes categorias e subcategorias:

Tabela 2

*Categorização referente ao objetivo "Identificar a qualidade das relações entre os jovens e com o pessoal auxiliar/técnicos"*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Relações entre jovens</b>	Felizes	1 (7,7%)	<b>13</b>
	Boas	8 (61,5%)	
	Conflituosas	1 (7,7%)	
	Estáveis	2 (15,4%)	
	Não sei	1 (7,7%)	
<b>Relações com pessoal auxiliar</b>	Boas	6 (37,5%)	<b>16</b>
	Seletivas	1 (6,25%)	
	Tendo por base valores	6 (37,5%)	
	Mais ou menos	3 (18,75%)	

Analisando a tabela 2, é de demonstrar que das relações que os inquiridos estabelecem com outros jovens, dentro da instituição, são designadas por: "Felizes" (7,7%), "Boas" (61,5%), "Conflituosas" (7,7%), "Estáveis" (15,4%) e "Não sei" (7,7%). Da subcategoria "Felizes" o inquirido revela que as relações estabelecidas com os outros jovens lhe proporciona um sentimento de felicidade, ao invés da subcategoria "Conflituosas" na qual o respondente revela ter relações "complicadas com alguns". Já referente à subcategoria "Estáveis", foi assim designada uma vez que as respostas obtidas passaram por: "Pacífica". Das relações entre jovens, é de realçar que mais de metade da amostra apontaram para relações "Boas", sendo este facto importante pois, tal como referem os autores Alberto, Faria, Salgueiro e Trigo (2008) quando as relações são bem-sucedidas, é um forte indicador que a integração na instituição também ela foi bem-sucedida. Para além disso, quando as relações são positivas, é um verdadeiro promotor para um desenvolvimento positivo tanto a nível pessoal como social, auxiliando numa construção adequada ao nível da autonomia (Mota & Oliveira, 2017). Enquanto Educadora Social e, relativamente às relações "conflituosas", seria importante a existência de dinâmicas de grupo potenciadoras da minimização de conflitos, uma vez que as dinâmicas pressupõem a existência de um equilíbrio dentro do grupo, no qual os participantes terão de ser capacitados para a gestão de conflitos que poderão aí surgir (García & Peláez, 2008). É de demonstrar que para existir uma melhor gestão, deverá haver um aumento ao nível da coesão do grupo de modo a criar um ambiente de confiança, potenciador de conversas que solucionem o conflito (García & Peláez, 2008).

Já das relações com o pessoal auxiliar, criaram-se as subcategorias: "Boas" (37,5%), "Seletivas" (6,25%), "Tendo por base valores" (37,5%) e "Mais ou menos" (18,75%). Na subcategoria "Seletivas" esta foi assim designada porque da resposta do

inquirido obteve-se “Boas com alguns”, acabando por ser caracterizada como uma relação de maior cumplicidade com determinados auxiliares. Referente à subcategoria “tendo por base valores”, as respostas maioritariamente obtidas foram relações de “afeto”, “Respeito” e de “Confiança”. Segundo a literatura, é de demonstrar que cada vez mais as relações que as crianças/jovens estabelecem com os funcionários das instituições, são fundamentais na medida em que estas relações se aproximam à dos sistemas familiares, pelo que os funcionários acabam por ser modelos identificativos que assumem o papel de orientar e proteger (Mota & Matos, 2008). Daqui, é possível demonstrar que os resultados obtidos no presente estudo encontram-se semelhantes ao estudo de Alberto, Faria, Salgueiro e Trigo (2008), pois também eles concluíram que os jovens conseguiram estabelecer relações de afeto entre eles e para com as pessoas que lá trabalhavam.

Para a dimensão “Institucional”, e sobre o objetivo “Identificar o conhecimento e a participação dos jovens nos seus projetos de vida”, referente às questões 2.3. e 2.3.1. do instrumento de inquérito por questionário, é de demonstrar que sobre o conhecimento que os inquiridos tinham sobre os seus projetos de vida, apenas 1 (9,1%) respondeu que não tinha conhecimento sobre esse assunto. Os restantes (90,9%) demonstraram ter conhecimento. Tal como demonstrado na revisão da literatura da presente investigação é de demonstrar que os projetos de vida são um conjunto de metas/objetivos que os indivíduos definem e que perspectivam alcançar de modo a conseguirem atingir autonomização em distintos níveis (Velarde & Martínez, 2008), pelo que é fundamental que os jovens tenham conhecimento sobre tal assunto, visto ser um planeamento da sua vida na instituição e um auxílio na sua desinstitucionalização (Velarde & Martínez, 2008). Já ao nível da participação, o indivíduo que anteriormente tinha mencionado não ter conhecimento sobre o seu projeto de vida, não respondeu (9,1%). Sobre respostas afirmativas, obteve-se 9 respostas “Sim” (81,8%) e, 1 resposta “Não” (9,1%). Sendo os projetos de vida uma ferramenta orientadora do percurso dos jovens, a sua participação é imprescindível porque é fundamental delinear um projeto o mais próximo possível aos interesses da criança/jovem, visto serem eles os principais atores da sua vida, tendo assim a sua formulação, por base o interesse superior da criança (UNICEF, 1990). Do presente objetivo e analisando o estudo de Batista et al. (2016), é possível constatar que ambos os estudos (o presente e o dos autores) obtiveram como resultados o facto de as crianças/jovens efetivamente participarem na elaboração dos seus projetos de vida.

Já referente ao objetivo “Perceber se a instituição trabalha em prol do que os jovens realmente “sonham””, os inquiridos foram questionados sobre se a instituição que os acolhia lhes permitia “sonhar”, pelo que 9 inquiridos responderam “Sim” (81,8%) e, 2 responderam “Não” (18,2%). Em termos de justificação, criaram-se as seguintes subcategorias:

Tabela 3

*Categorização referente ao objetivo "Perceber se a instituição trabalha em prol do que os jovens realmente "sonham"*

<b>Sub-dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>
<b>Instituição permite “Sonhar” Justificação</b>	Respostas positivas	Apoio nos cursos/atividades	6 (50%)
		Ajuda/Apoio	3 (25%)
		Oportunidade de vida	1 (8,3%)
	Respostas negativas	Baixa Integração	1 (8,3%)
		Não apoio no que gostam	1 (8,3%)
			<b>12</b>

Da tabela 3 é possível destacar dos que deram resposta afirmativa justificaram-na uma vez que a instituição lhes proporciona “Apoio nos cursos/atividades” (50%), os “Ajuda/Apoio” (25%) e, encaram a instituição como uma “Oportunidade de vida” (8,3%). Neste âmbito é fundamental demonstrar que existe uma hierarquia de necessidades às quais as instituições devem estar preparadas para dar resposta, encontrando-se primariamente a resposta à satisfação das necessidades fisiológicas remetidas para as necessidades básicas que todo o ser humano é detentor (alimentação, higiene, conforto, equilíbrio emocional). Por conseguinte, devem existir respostas às necessidades de segurança, sobretudo ao nível da integração da criança/jovem num ambiente seguro e harmonioso, inibido de conflitos e agressões. Seguidamente surgem as respostas às necessidades sociais e afetivas, que passa pela promoção de relações de amizade e afeto entre crianças/jovens e, em simultâneo promover a continuidade, se permitido pelas entidades responsáveis, das relações com a família de origem. Existe também as respostas às necessidades de autoestima, na qual se privilegia a individualidade dos sujeitos, atribuindo responsabilidades tendo em conta os seus potenciais e gostos. Por último, existem as respostas às necessidades de satisfação ao nível da autorrealização, na qual é dever da instituição promover o desenvolvimento de potencialidades, o acesso a recursos culturais de lazer de modo a satisfazer os gostos pessoais e, promover o desenvolvimento intelectual, quer a nível escolar como profissional, através da entrada em instituições de melhor qualidade (Alves, 2007). Este último ponto é sobretudo o que remete para o

último tópico da hierarquia, pelo que é possível concluir que a instituição trabalha em prol dos gostos/potenciais de cada criança/jovem.

Dos jovens direcionados para as respostas negativas, estes justificaram pela existência de “Baixa Integração” (8,3%) e do “Não apoio no que gostam” (8,3%). Do inquirido da “Baixa Integração”, a resposta dada foi que “Porque não me sinto integrado nesta instituição”, o que a meu ver, enquanto Educadora Social, deveria ser realizado um acompanhamento junto deste sujeito proporcionando a sua integração plena na instituição, de modo a que se sinta o melhor possível. Tal como já demonstrado, o contexto institucional deve ser o mais similar possível a um ambiente familiar normativo, onde todos os envolventes se devem sentir integrados, para que seja possível um desenvolvimento saudável do jovem, tal como demonstrado no artigo 49.º da Lei n.º147/99 (Lei n.º142/2015). Já do jovem que respondeu “Não apoiam no que gosta”, isto deve-se à existência de regras e limites que a instituição tem estabelecidas e que, o inquirido solicita fora destes limites. Claro está que apesar ser dever das instituições permitirem que os jovens sigam o que realmente gostam, tendo em conta os seus potenciais, também é dever das instituições que estabeleçam limites, impostos a todos de igual modo, de modo a proporcionar um ambiente coerente, estável e promotor do bom desenvolvimento da criança/jovem, com base em regras, rotinas e limites (Silva, 2016).

Por último objetivo “Conhecer eventuais mudanças institucionais propostas pelos jovens”, os jovens quando questionados “Se fosses tu a “comandar” mudarias alguma coisa na instituição?”, obteve-se 8 inquiridos que responderam “Sim” (72,7%) e 3 que responderam “Não” (27,3%). Sobre as mudanças que os sujeitos transpareceram, definiram-se as seguintes subcategorias:

Tabela 4  
*Categorização referente ao objetivo "Conhecer eventuais mudanças institucionais propostas pelos jovens"*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Tipos de mudanças institucionais</b>	Organização/Regras	7 (58,3%)	<b>12</b>
	Projetos de Vida	1 (8,3%)	
	Material	2 (16,7%)	
	Lazer	1 (8,3%)	
	Quase tudo	1 (8,3%)	

Em termos percentuais, visíveis na tabela 4, das subcategorias: “Organização/Regras” conta com 58,3%, “Projetos de Vida” com 8,3%, “Material” com 16,7%, “Lazer” com 8,3% e “Quase tudo” com 8,3%. Na subcategoria “Organização/Regras” as respostas centram-se sobretudo em mudanças ao nível das

regras inerentes aos jovens, como por exemplo “Utentes divididos por faixas etárias”, “Almoços e jantares todos juntos”, “Dinâmica das casas” e “Regras”. Contudo, ainda nesta, é apresentada uma resposta direcionada aos funcionários que é o caso de “Horários adequados para os funcionários”, o que leva a crer que efetivamente existe uma boa relação, em geral, entre os jovens e funcionários, sendo tal facto fundamental para que os jovens se sintam “em casa”. Na subcategoria “Projetos de vida”, a resposta verdadeiramente dada foi “devia de haver mais investimento nos projetos de vida”, o que apesar de a generalidade ter conhecimento e participar nos seus projetos de vida, talvez ainda existam lacunas a este nível. Já nas subcategorias “Material” e “Lazer”, estas são remetidas sobretudo para o facto de a instituição dever realizar mais atividades em conjunto e, permitir que os jovens tenham acesso aos materiais quando quiserem.

Avançando para a dimensão “Escolar” e referente aos objetivos “Conhecer a definição de escola para os jovens” e “Perceber as preferências de atividades escolares junto dos jovens” pertencente às questões 3.1., 3.2. e 3.2.1., definiram-se as seguintes categorias e subcategorias:

Tabela 5  
*Categorização referente aos objetivos “Conhecer a definição de escola para os jovens” e “Perceber as preferências de atividades escolares junto dos jovens”*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Definição da escola que frequenta</b>	Boa	<b>8</b> (50%)	<b>16</b>
	Fracas infra-estruturas	<b>7</b> (43,75%)	
	Seca	<b>1</b> (6,25%)	
<b>Gostar mais de fazer na escola</b>	Convívio	<b>6</b> (42,9%)	<b>14</b>
	Vocacional	<b>7</b> (50%)	
	Tudo	<b>1</b> (7,1%)	

Da pergunta “Como defines a tua escola?” inerente à categoria “Definição da escola que frequenta” presente na tabela 5, as respostas obtidas categorizaram-se em “Boa” (50%), “Fracas infra-estruturas” (43,75%) e, “Seca” (6,25%). De uma forma global é de demonstrar que existe uma grande discrepância entre duas respostas, visto que uma considerável parte de inquiridos menciona que para eles a escola é “Boa”, enquanto outra grande parte, define a escola sobretudo em termos estruturais relatando, por exemplo, a existência de “telhados velhos”, “paredes a ruir” e a existência de “materiais em mau estado”. Já referente à subcategoria “Seca” caracterizada por apenas 1 inquirido, apesar de considerar a escola como tal e, analisando as respostas sobre o capítulo “Escola” do seu instrumento de inquérito por

questionário, não deixa de considerar que para ele faz sentido estudar e que de tudo o que aprende na escola para ele continua a ser importante (questões estas demonstradas mais abaixo na presente análise). Daqui é de demonstrar que é fundamental que os jovens se sintam bem na escola que frequentam e, ao mesmo tempo se sintam integrados, visto ser uma dos fatores que contribui para um melhor sucesso escolar e, em simultâneo para um bom crescimento pessoal (Eira, 2013).

Seguidamente e quando questionados se gostam de frequentar a escola 9 inquiridos (81,8%) respondeu que “Sim” e 2 (18,2%) responderam que “Não”. Em termos do que mais gostam de fazer na escola, referente à categoria “Gostar mais de fazer na escola” das respostas foram criadas as seguintes subcategorias: “Convívio” (42,9%), “Vocacional” (50%), “Tudo” (7,1%). Destas é de demonstrar que a subcategoria “Vocacional” é sobretudo remetida para o aprender e para as áreas que os inquiridos mais gostam, como por exemplo ginástica artística, aulas de culinária e aulas TIC. Daqui é de reter que ao longo dos tempos têm vindo a ser estudado a eficácia de ensinamentos tendo em conta as vocações e, conseqüentemente as necessidades das empresas, pelo que segundo estudos graças a este crescimento, o abandono escolar tem vindo a diminuir e o sucesso a aumentar, uma vez que o ensino começa a ser equivalente aos interesses dos jovens e, em simultâneo prepara-os para as exigências do mercado de trabalho (Ministério da Educação e Ciência, 2015). Para além disso, tal como refere o autor Eira (2013), o ensino quando prático, permite aos alunos desenvolverem distintas capacidades como a reflexão, apreciação, julgamento, compreensão e responsabilidade, pelo que para os autores este género de ensino deveria ser o predilecto ao invés dos ensinamentos meramente teóricos.

Da subcategoria “Convívio”, encontra-se direccionada sobretudo para o facto de os jovens poderem estar com os colegas. É de demonstrar que os inquiridos que responderam que não gostavam de frequentar a escola, quando questionados sobre o que mais gostavam de fazer na escola, apresentaram respostas que apontam para esta última subcategoria. Segundo a literatura, na fase da adolescência é fundamental que os jovens estejam inseridos nos seus grupos de pares, visto que é um dos principais meios promotores da formação da identidade do indivíduo (Erikson, 1968, cit. por Sprinthall & Collins, 2003), bem como o meio de desenvolvimento de características pessoais e sociais que acompanham os sujeitos para a vida adulta (Sprinthall & Collins, 2003). Contudo, não deixa de ser imprescindível a implementação de estratégias motivacionais, a nível da escola uma vez “é fundamental que os alunos estejam motivados para regularem efetivamente a sua

aprendizagem, ativando estratégias eficazes de modo a desencadearem esforço (Boekaerts, 1995, cit. por Veríssimo, 2013, p.73).

Posteriormente, para o objetivo “Identificar nível de importância que a escola tem para os jovens”, da questão “Para ti, faz sentido estudar?” (questão 3.3.), obtiveram-se as seguintes respostas: 10 inquiridos responderam “Sim” (90,9%) e 1 inquirido respondeu “Não” (9,1%). Seguidamente da questão “De tudo o que aprendes na escola consideras que isso é importante para ti?” (questão 3.4.), obteve-se como percentagem de 100% a resposta “Sim”. Em termos de justificação a esta questão, delinearão-se as seguintes subcategorias:

Tabela 6

*Categorização referente ao objetivo "Identificar nível de importância que a escola tem para os jovens"*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Importância do que se aprende na escola_ Justificação</b>	Futuro	<b>5 (33,3%)</b>	<b>15</b>
	Trabalho	<b>2 (13,3%)</b>	
	Mais aprendizagem	<b>4 (26,7%)</b>	
	Dia-a-Dia	<b>3 (20%)</b>	
	Respeitar os outros	<b>1 (6,7%)</b>	

Na tabela 6 é visível que os jovens demonstraram respostas categorizadas em “Futuro” (33,3%), “Trabalho” (13,3%), “Mais aprendizagem” (26,7%), “Dia-a-dia” (20%) e, “Respeitar os outros” (6,7%). Em termos de subcategoria de “Futuro”, os jovens apontaram mais as suas justificações para um futuro melhor e para a sua evolução na vida. Já sobre a subcategoria “Trabalho” obtiveram-se respostas sobretudo direccionadas para as questões de melhor trabalho/cargo. Na subcategoria “Mais aprendizagem” os inquiridos reconhecem que efetivamente através da escola podem aprender mais e que é realmente importante mais aprendizagem. Para a subcategoria do “Dia-a-dia” as respostas torneavam sobretudo para um dia-a-dia mais fácil e para o facto de a escola lhes permitir uma melhor adaptação às regras. Já na subcategoria “Respeitar os outros” o inquirido revela que a escola lhes transmite valores para que possam e devam respeitar-se uns aos outros. Daqui e segundo os autores Carvalho e Manita (2010) a principal tarefa que a escola tem na sua base passa por educar e ensinar as crianças e jovens, de modo a capacitá-los a serem livres, responsáveis, respeitadores e participativos na sociedade. Tais factos similares ao que efetivamente os inquiridos responderam.

Seguidamente, sobre a dimensão “Perspetivas de Futuro” e para o objetivo “Conhecer a importância que atribuem à experiência escolar como meio para alcançar

as perspectivas futuras”, referente à questão “Consideras que a escola é um meio para te proporcionar um futuro melhor?” (3.5. do instrumento de inquérito), 90,9% (10 respostas) respondeu “Sim” e 9,1% (1 resposta) respondeu “Não”. Quando solicitados para justificar (questão 3.5.1.) e, de acordo com as respostas obtidas, definiram-se as seguintes subcategorias:

Tabela 7

*Categorização referente ao objetivo “Conhecer a importância que atribuem à experiência escolar como meio para alcançar as perspectivas futuras”*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Escola e um futuro melhor_ Justificação</b>	Futuro	<b>3</b> (20%)	<b>15</b>
	Trabalho	<b>8</b> (53,3%)	
	Monetário	<b>3</b> (20%)	
	Aprendizagens da vida	<b>1</b> (6,7%)	

Sobre a tabela 7, é de demonstrar que as subcategorias assentam em “Futuro” (20%), “Trabalho” (53,3%), “Monetário” (20%) e, “Aprendizagens da vida” (6,7%). Em termos de análise realça-se que mais de 50% da amostra direciona as respostas para conseguirem ter um trabalho, como é o caso de uma resposta que revela que “graças à escola, conheci pessoas que me poderão empregar”. Já sobre a subcategoria “Monetário”, os jovens apontam sobretudo para salários melhores. É de demonstrar que o sujeito que deu como resposta “Não” na questão sobre se a escola é um meio para proporcionar um futuro melhor, nesta, para ele, não é a escola que proporciona um futuro melhor mas sim a vida, ou seja, é através das aprendizagens da vida que o futuro poderá ou não ser melhor, estando esta resposta explícita na subcategoria “Aprendizagens da vida”. Segundo Eira (2013) é fundamental que cada vez mais existam na comunidade escolar, ações de iniciativa, que promovam o gosto das crianças/jovem pela escola e que aprendam a tirar o melhor partido da mesma, aumentando-lhes as suas expectativas positivas face à escola, abordando a sua importância para o seu futuro sobretudo a nível profissional. Enquanto Educadora Social, estas iniciativas são fundamentais, para desmistificar o preconceito de que as escolas são uma seca e uma perda de tempo, demonstrando-lhes que, nos dias de hoje, a escolaridade revela-se fundamental para que consigam obter um futuro com melhores condições (Eira, 2013).

Referente ao objetivo “Perceber se os jovens falam na instituição sobre as suas perspectivas de futuro” da questão 4.1., obtiveram-se 8 respostas “Sim” (72,73%) e 3 respostas “Não” (27,27%). Daqui, depreende-se que a generalidade dos inquiridos sente um à vontade para falar de questões pessoais com os auxiliares e técnicos,

revelando-se um ponto benéfico porque é um forte indicador de que os jovens se sentem pertencentes à instituição.

Para os objetivos “Conhecer as perspetivas de futuro dos jovens” e “Perceber como pensam alcançar as perspetivas de futuro” inerentes às questões 4.2. e 4.2.1., delimitaram-se as seguintes categorias e subcategorias:

Tabela 8  
*Categorização referente aos objetivos “Conhecer as perspetivas de futuro dos jovens” e “Perceber como pensam alcançar as perspetivas de futuro”*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Pretende fazer no futuro</b>	Profissões	<b>13</b> (76,47%)	<b>17</b>
	Autonomia	<b>2</b> (11,76%)	
	Incerteza	<b>2</b> (11,76%)	
<b>Forma de alcançar esse objetivo de vida</b>	Estudos	<b>6</b> (46,16%)	<b>13</b>
	Persistir	<b>5</b> (38,46%)	
	Autonomização	<b>2</b> (15,38%)	

Assim, da categoria “Pretende fazer no futuro”, presente na tabela 8, através das respostas delinearam-se as seguintes subcategorias: “Profissões” (76,47%), “Autonomia” (11,76%) e “Incerteza” (11,76%). Daqui destaca-se que as respostas mais significativas andam sobretudo ao encontro da empregabilidade, sendo possível constatar que a generalidade dos sonhos dos jovens passa sobretudo pela existência de trabalho de forma a ser possível a sua autonomia. Deste modo é possível corroborar os autores Carvalho e Manita (2010), pois segundo o estudo deles, as perspetivas de futuro dos jovens centravam-se sobretudo ao nível da empregabilidade, dos estudos e de terem uma casa, aspetos estes remetidos para a autonomia do indivíduo, tal como foi possível apurar na presente investigação. Através do obtido, não apoio o estudo do autor Henriques (2008, cit. por Mota & Oliveira, 2017), que demonstrou que os jovens institucionalizados tendem a ter expectativas de futuro reduzidas e pouco estruturadas. Já ao nível da subcategoria “Incerteza”, os inquiridos apresentaram respostas ainda pouco concisas do que pretendiam fazer no futuro como por exemplo a resposta “Diferentes hipóteses”. Esta capacidade de delinear as suas perspetivas de futuro é fundamental, pois esta perspetivação acaba por ser uma representação mental do futuro no presente, articulando com as metas quer sejam a curto, médio e longo prazo (Velarde & Martínez, 2008), atribuindo significados a determinados eventos, que *à posteriori* o sujeito poderá ou não querer ver repetidos (Hall, 1983, cit. por Zimbardo & Boyd, 1999).

Avançando, quando questionados “E como pensas alcançar esse teu objetivo?”

referente à categoria “Forma de alcançar esse objetivo de vida”, obtiveram-se as seguintes subcategorias: “Estudos” (46,16%), “Persistir” (38,46%) e “Autonomização” (15,38%). Na subcategoria “Estudos” os sujeitos demonstraram o desejo de prosseguir os estudos de modo a ser possível, mais tarde, um melhor emprego e, conseqüentemente, um melhor salário. Tal como já demonstrado em cima, a instituição em estudo, conta com 1 jovem que frequenta o ensino universitário, sendo ele um exemplo deste desejo. Na subcategoria “Persistir”, os respondentes apresentaram respostas na ordem da não desistência, como por exemplo “Não desistir”, “Ter dedicação” e “Esforçar-me”. Já na subcategoria “Autonomização”, os jovens apresentam a vontade de se autonomizarem para *à posteriori* abandonarem a instituição. Tal como já demonstrado na revisão da literatura no presente trabalho, o autor Carvalho (2015) afirma que para que os indivíduos consigam perspetivar e concretizar projetos para o seu futuro, devem estar motivados e com os objetivos bem definidos, tal como os inquiridos desta investigação revelam estar. Para além disso é de realçar ainda que tanto a sociedade como a instituição têm um papel fundamental de suporte aos jovens no que diz respeito à sua autonomização, uma vez que é imprescindível promover nos jovens “o desenvolvimento da personalidade (...) e, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa (...)” (Constituição da República Portuguesa, 2005, p.25).

Por último objetivo, definido para a presente dimensão em estudo, designado por “Identificar alteração de sonhos”, aos jovens é questionado “Desde que te lembras, sempre tiveste o mesmo sonho para a tua vida?”, 4 inquiridos responderam “Sim” (36,36%) e 7 responderam que “Não” (63,64%). Aos que responderam “Não”, foi solicitado “Se não, qual era antes o teu sonho?”, pelo que das respostas obtidas obtiveram-se as seguintes subcategorias:

Tabela 9

*Categorização referente ao objetivo “Identificar alteração de sonhos”*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Sonho anterior</b>	Profissões	<b>4</b> (44,44%)	<b>9</b>
	Estudos	<b>2</b> (22,22%)	
	Familiar	<b>1</b> (11,11%)	
	Vários	<b>2</b> (22,22%)	

Da presente tabela 9 é de depreender: “Profissões” com 44,44%, “Estudos” com 22,22%, “Familiar” com 11,11% e “Vários” com 22,22%. De uma forma geral é de demonstrar que apesar dos sonhos terem sido alterados, continuou a ser na ordem

das profissões. Sobre a subcategoria “Estudos”, os sonhos foram alterados neste âmbito, porque um inquirido perspetivava ir para a Universidade e, agora já não e, o outro desejava ter sido melhor aluno, do que fora. Do indivíduo que anteriormente desejava frequentar a universidade, ao fazer uma análise breve às respostas dadas ao longo do seu instrumento de inquérito, é de constatar que o que pretende atualmente é ter a sua própria autonomia, apresentando uma sequência lógica do que pretende fazer: “Acabando a escola, arranjar um trabalho e só depois sair daqui”. Neste caso é de salvaguardar o artigo 35.º (alínea d) da Lei n.º147/99, que demonstra que uma das medidas de promoção e proteção, dever das instituições é apoiar ao nível do “Apoio para a autonomia de vida” (Lei n.º142/2015, p.7219). Assim, aqui o auxílio dos técnicos é fundamental para que a autonomização do sujeito seja normativa. Mais é de reter que o presente inquirido já apresenta 20 anos de idade. Ao nível da subcategoria “Familiar”, a resposta obtida foi “poder abraçar o meu pai e dizer-lhe o quanto gosto dele”. Desta depreende-se que o jovem já não tenha contacto com o pai, por uma eventual razão e, por essa ausência de contacto, esse sonho deixou de fazer sentido na sua vida. Por ultima subcategoria “Vários”, efetivamente demonstraram que os seus sonhos alteraram mas não especificaram em que âmbitos.

Por último, na dimensão designada de “Satisfação com a vida” inerente ao objetivo “Conhecer o conceito de satisfação com a vida dos jovens” da questão “Para ti, o que significa “satisfação com a vida”?” (2.6.), criaram-se as seguintes subcategorias:

Tabela 10

*Categorização referente ao objetivo “Conhecer o conceito de satisfação com a vida dos jovens”*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>N.º de Referências</b>	
<b>Significado de satisfação com a vida</b>	Satisfação actual	<b>7 (50%)</b>	<b>14</b>
	Concretizações	<b>5 (35,7%)</b>	
	Não sei	<b>2 (14,3%)</b>	

Daqui, tabela 10, obtiveram-se como respostas “Satisfação actual” (50%), “Concretizações” (35,7%) e “Não sei” (14,3%). Destas é possível constatar que para a generalidade, a satisfação com a vida é quando nos sentimos satisfeitos com o que temos e sentimo-nos felizes com a vida atual. Sobre a subcategoria das “Concretizações”, as respostas mais obtidas é sobretudo em termos de conseguir ultrapassar dificuldades, em ter casa, trabalho e objetivos concretizados. Segundo a literatura, satisfação com a vida assenta numa avaliação global que o indivíduo realiza

sobre o seu percurso, analisando dimensões específicas e níveis de satisfação num todo (Reverendo, 2011), efectuando uma avaliação da qualidade da sua vida, com base nos seus critérios (Pavot et al. 1991). É de constatar que, na generalidade os inquiridos compreendem o termo de satisfação com a vida.

Após a finalização da presente análise ao instrumento de inquérito por questionário, abaixo apresentar-se-á os dados recolhidos bem como a respetiva análise à Escala de Satisfação com a Vida (SWLS), tendo em conta o objetivo “Analisar o grau de satisfação com a vida dos jovens dentro da instituição”. É de salientar que a presente escala em análise permite completar a dimensão “Satisfação com a vida”, anteriormente analisada.

Assim, e tal como já demonstrado no ponto 2.5. do presente trabalho, esta análise recorre-se à média aritmética das respostas obtidas, sendo que quanto maior for a média, mais significativa é a satisfação com a vida ao invés de que quanto mais reduzida for a média, menos o indivíduo se sente satisfeito com a vida. É de mencionar que a média das respostas varia de 1 a 5, sendo designadas por: (1) Discordo Muito, (2) Discordo um Pouco, (3) Não Concordo Nem Discordo, (4) Concordo um Pouco e (5) Concordo Muito.

Deste modo, os resultados apresentam-se na tabela para uma melhor visualização:

Tabela 11  
*Média aritmética das respostas obtidas na SWLS (N=11)*

<b>Indivíduos</b>	<b>Média</b>
1	3,8
2	1,8
3	3,6
4	1,8
5	1,4
6	1,4
7	3,8
8	4,6
9	1,6
10	3,4
11	2,8

Sob um olhar geral, e tendo por base o valor médio de 2,5, é de constatar que 6 inquiridos (54,5%) têm satisfação com a vida acima do valor médio, sendo que 5 dos inquiridos (45,5%) apresentam valores médios abaixo de 2,5, revelando-se pouco

satisfeitos para com a vida.

Do obtido, é de mencionar que os indivíduos 2, 4, 5, 6 e 9 foram os que obtiveram as médias mais reduzidas e, centrando primariamente a atenção nestes sujeitos é de demonstrar que todos eles têm pelo menos 1 *item* no qual atribuíram uma pontuação mais significativa. Assim, relativamente ao indivíduo 2 este atribuiu pontuação 4 à afirmação “Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada”, o que leva a crer que apesar de a sua vida ter passado pela institucionalização, o inquirido “concorda um pouco” no facto de não mudar quase nada. Porém e analisando de uma forma geral as suas respostas no restante questionário, este sujeito atribuiu pontuação de 1 à afirmação “Estou satisfeito com a minha vida”, o que demonstra que apesar de não demonstrar o desejo por mudar a sua vida não se sente satisfeito com a vida. Apesar desta atribuição é de mencionar que é crucial que o indivíduo se sinta satisfeito com a sua vida, uma vez que a satisfação é um componente condutor de bem-estar subjetivo ao indivíduo (Campina et. al., 2017), derivado de um conjunto de padrões de satisfação que o sujeito auto definiu (Pavot et al. 1991). Assim, deste inquirido, depreende-se que a sua auto-idealização de satisfação com a vida, não se parece em nada, com o que ele, neste momento, vivencia.

Já para o indivíduo 4, atribuiu a pontuação 3 às afirmações “As minhas condições de vida são muito boas” e “Estou satisfeito com a minha vida”. Para o indivíduo 5, atribuiu como pontuação mais significativa de 2 valores às afirmações “As minhas condições de vida são muito boas” e “Estou satisfeito com a minha vida”. O indivíduo 6 atribuiu como pontuação de 2 (a mais significativa) às afirmações “As minhas condições de vida são muito boas” e “Até agora, tenho conseguido as coisas importantes da vida, que eu desejaria”. Desta última afirmação é possível constatar que, quando em situação de institucionalização, as instituições devem trabalhar em prol do desenvolvimento e da valorização pessoal, promovendo nos sujeitos a sua autonomia, de modo a *à posteriori* os jovens conseguirem alcançar os seus próprios feitos (Lei n.º142/2015). Por último indivíduo atribuiu como pontuação mais elevada 3, à afirmação “As minhas condições de vida são muito boas”. É de considerar que este grupo de indivíduos (4, 5, 6 e 9), apesar de apresentarem resultado abaixo de 2,5, atribuíram como pontuações mais significativas às afirmações direcionadas para a qualidade de vida e para a satisfação com a sua vida.

Destes inquiridos é de demonstrar que dos resultados obtidos, é possível corroborar os autores (Neves, 2015; Carvalho & Cruz, 2015), uma vez que a instituição

revela proporcionar aos jovens condições de diferentes ordens como ao nível da alimentação, lazer, vestuário e autonomia. Graças a esta resposta os níveis de satisfação nestes âmbitos tendem a ser mais significativos (Neves, 2015; Carvalho & Cruz, 2015) tal como fora obtido, uma vez que estes indicadores estão na base das respostas às necessidades básicas dos indivíduos.

Já dos sujeitos que obtiveram pontuação acima da média, dos indivíduos 1, 3, 7, 8, 10 e 11 é de demonstrar que todos eles têm pelo menos 1 *item* com uma pontuação menos significativa. Assim sendo, sobre o indivíduo 1, este atribuiu pontuação de 3 à afirmação “Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada”, demonstrando-se pouco convicto de se realmente mudaria ou não alguma coisa na sua vida. Daqui é de depreender que apesar de não demonstrar uma resposta concisa, poderá ser um indicativo que o participante, apesar de institucionalizado, não considera que seja fundamental mudar alguma coisa, sendo um possível indicador de satisfação com a vida. Já o indivíduo 3 atribuiu pontuação de 3 às afirmações “A minha vida parece-se, em quase tudo, com o que eu desejaria que ela fosse” e “Estou satisfeito com a minha vida”. Para o indivíduo 7, atribuiu pontuação de 3 às afirmações “A minha vida parece-se, em quase tudo, com o que eu desejaria que ela fosse” e “As minhas condições de vida são muito boas”. O indivíduo 8 apresenta valor de 4 às afirmações “As minhas condições de vida são muito boas” e “Estou satisfeito com a minha vida”. Para o indivíduo 10 apresenta pontuação de 2 à afirmação “As minhas condições de vida são muito boas”. Destes indivíduos (3, 7, 8 e 10) é de aferir que todos se direccionam sobretudo para as afirmações da qualidade de vida, satisfação com a vida e concretizações pessoais, o que revela que apesar da pontuação para a satisfação com a vida ser acima da média, nestas afirmações os jovens atribuem pontuações menos elevadas. Tal facto poderá derivar, segundo os autores Carvalho e Cruz (2015), do facto de quando os jovens são confrontados com questões pessoais, tendem a atribuir níveis de significância menos reduzidos.

Um aspeto em comum que estes inquiridos apresentam é o facto de as relações estabelecidas dentro da instituição quer entre jovens quer com os auxiliares/técnicos, ser categorizada, na tabela 2 da presente análise, como “Não sei” e “Mais ou menos”, podendo este ser um factor que interfira na satisfação com a vida dos jovens. Já sobre o último indivíduo atribuiu valor de 1 à afirmação “Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada”, o que é evidente que se o jovem pudesse recomeçar, teria mudado praticamente tudo na sua vida. Analisando de uma forma geral as respostas dadas ao longo do seu instrumento de inquérito por

questionário, é de demonstrar que à questão “Para ti, o que significa “Satisfação com a vida?”” o inquirido não apresentou resposta e, na questão “O que pretendes fazer no futuro?” a resposta dada foi “Ainda não sei”, o que leva a crer que como até agora a sua vida não foi nada do que lhe era prospetivável, não se sente satisfeito com a sua vida e, conseqüentemente, não consegue idealizar o que efetivamente pretende para o seu futuro (Henriques, 2008, cit. por Mota & Oliveira, 2017).

De modo a aprofundar mais a presente ferramenta, considerou-se pertinente fazer uma análise *item por item* (referente à escala), de modo a perceber qual deles é considerado como menos ou mais significativo para os inquiridos. Assim, em análise encontram-se os seguintes *itens*: “A minha vida parece-se, em quase tudo, com o que eu desejaria que ela fosse”, “As minhas condições de vida são muito boas”, “Estou satisfeito com a minha vida”, “Até agora, tenho conseguido as coisas importantes da vida, que eu desejaria” e, “Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada”.

Tabela 12

*Média Aritmética das Afirmações da SWLS*

<b>Questão</b>	<b>Média</b>
A minha vida parece-se, em quase tudo, com o que eu desejaria que ela fosse	2,27
As minhas condições de vida são muito boas	3,09
Estou satisfeito com a minha vida	2,91
Até agora, tenho conseguido as coisas importantes da vida, que eu desejaria	2,73
Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada	2,64

Na presente tabela é verificável que os valores entre afirmações não são demasiado discrepantes, mas é de realçar a afirmação “As minhas condições de vida são muito boas”, que obteve uma média superior relativamente às outras. Daqui é possível retirar que, apesar das crianças/jovens não estarem em contexto familiar mas sim institucional, reconhecem que o ambiente em que estão inseridos é satisfatório, uma vez que à instituição compete responder às necessidades básicas dos indivíduos, proporcionando-lhes um ambiente benéfico para o seu desenvolvimento integral (Lei n.º142/2015). É da competência também da instituição promover aos jovens um ambiente o quanto tanto possível similar com o de família, de modo a que a

criança/jovem nunca mais torne a estar exposto ao perigo que estava antes de dar entrada na instituição (Lei n.º142/2015).

Analisando a questão que obteve menor média “A minha vida parece-se, em quase tudo, com o que eu desejaria que ela fosse”, claro está que a vida em contexto institucional por mais similar que tente ser ao de contexto familiar, nunca o será uma vez que numa só instituição existem diversos casos problemáticos que obrigou os jovens a dar entrada na instituição. Normal é terem dado pontuações mais reduzidas a esta questão, visto que estes jovens não desejavam em momento algum, serem privados de um ambiente familiar, onde é prospetivável encontrar, entre outros, o subsistema parental, filial e fraternal, que são fundamentais para moldar a personalidade da criança/jovem sendo encarados como o principal suporte (Relvas, 1996).

Em relação às outras afirmações “Estou satisfeito com a minha vida”, “Até agora, tenho conseguido as coisas importantes da vida, que eu desejaria” e “Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada”, todas elas apresentam valores acima da média. Relativamente às primeiras afirmações, realça-se o facto de os jovens se sentirem satisfeitos com a sua vida, bem como terem a noção de que conseguiram alcançar coisas importantes para a sua vida. Já da última afirmação, é de demonstrar que apesar do valor ser acima da média, a generalidade dos inquiridos, se pudessem recomeçar a vida, mudariam determinadas partes da sua vida.

## **CONCLUSÃO**

Crianças e jovens em perigo são assim caracterizadas quando estão expostos a meios pouco propícios para o seu bom desenvolvimento, pelo que quando nestas situações, o ideal seria remover o perigo da criança/jovem, no seu meio natural de vida. Porém quando este facto não é possível de realizar, a resposta de LIJ é um meio crucial para garantir a resposta às necessidades básicas dos indivíduos e seu superior interesse de modo a promover um encaminhamento adequado para o seu futuro (Lei n.º142/2015).

Com a realização da presente dissertação, foi possível adquirir mais conhecimento de temáticas que envolvem as crianças e jovens institucionalizadas e o modo como elas se posicionam dentro da instituição e fora dela. Deste modo, o presente estudo perspetivou analisar o modo como os jovens percecionam a instituição que os acolhe, a escola que frequentam e, conseqüentemente analisar as suas perspetivas de futuro e de satisfação com a vida.

Assim, do presente estudo, foi possível retirar conclusões para um melhor conhecimento da presente temática.

Em termos institucionais, foi possível reter que a instituição trabalha em prol da autonomização dos jovens contemplando apartamentos de autonomização e, ao mesmo tempo, delineando desde a entrada dos jovens na instituição, os seus projetos de vida fundamentais para as concretizações do dia-a-dia e projeções futuras, do qual a generalidade dos inquiridos demonstrou ter conhecimento sobre a temática e participar para sua construção. A sua participação é imprescindível uma vez que aqui são contempladas tarefas de dia-a-dia e projecções futuras, que deverão ter sempre por base os interesses dos jovens.

A nível relacional, foi possível apurar que as relações dentro da instituição quer entre jovens quer para com os auxiliares/técnicos são, maioritariamente, positivas, sendo tal facto importante, uma vez que é um meio promotor para uma boa integração institucional dos jovens, de modo a que se sintam em “casa” e felizes.

Foi possível também apurar que a instituição permite aos jovens “sonhar” com o que realmente pretendem para a sua vida, proporcionando-lhes meios para realizarem o que realmente pretendem. Desta questão os inquiridos demonstraram que efetivamente a instituição apoia ao nível dos seus gostos, uma vez que apoiam os jovens para cursos e atividades que pretendem realizar.

Em termos escolares, é de demonstrar que para a generalidade dos jovens a escola tem importância, demonstrando que através dela terão melhor futuro e, em

simultâneo aprendem especificidades cruciais para a sua vida. Para além disso, demonstraram que a escola é um meio para lhes proporcionar um futuro melhor, uma vez que consideram que através dela têm mais probabilidade de conseguirem um trabalho melhor e, conseqüentemente uma melhor remuneração.

Já ao nível das perspetivas de futuro é de reter que os jovens apontam sobretudo para a sua autonomização e para o lado profissional, demonstrando ideias já concretas do que pretendem fazer. Os jovens ao conseguirem já perspetivar o seu futuro, segundo a literatura, advém do facto de terem bons moldes identificativos e, ao mesmo tempo, terem sido capacitados para a sua autonomia.

Por último, referente à satisfação com a vida, os jovens demonstram compreender o termo de satisfação com a vida, referindo sobretudo que a satisfação com a vida é direcionada sobretudo para o que têm na atualidade. Para além disso é de demonstrar que através da ferramenta SWLS, foi possível retirar que mais de 50% dos inquiridos sentem-se satisfeitos com a vida, apresentando uma média superior a 2,5. Para além disso é também de demonstrar que a afirmação “As minhas condições de vida são muito boas” obteve uma média superior relativamente às outras, o que demonstra que apesar de institucionalizados os jovens consideram ter boas condições de vida. Quando os inquiridos demonstram ter níveis de satisfação acima da média, é de concluir que a instituição é encarada como uma fonte de apoio para os jovens, capacitando-os para a vida adulta e, em simultâneo permitir-lhe definir o que realmente pretende fazer com as suas vidas, após a saída da instituição.

Segundo as revisões de literatura analisadas, é possível concluir que os resultados obtidos com o presente estudo, corroboram outros distintos autores, visto que os autores consultados demonstram que os jovens institucionalizados conseguem compreender a importância da escola para um futuro melhor bem como conseguem perspetivar o seu futuro de uma forma coerente estabelecendo os seus próprios objetivos. Em termos institucionais, os resultados obtidos dependem muito das instituições em que os jovens estão inseridos, mas claro está que todas elas devem trabalhar em prol dos interesses e gostos de jovens, atendendo em simultâneo às necessidades básicas dos indivíduos. Já ao nível da satisfação com a vida quando os inquiridos demonstram ter níveis de satisfação acima da média, é de concluir que a instituição é encarada como uma fonte de apoio para os jovens, capacitando-os para a vida adulta e, em simultâneo permitir-lhe definir o que realmente pretende fazer com as suas vidas, após a saída da instituição.

Em termos de dificuldades aquando da realização do presente estudo, é de

realçar sobretudo o facto de ser difícil estar em contacto direto com os jovens, uma vez que consideram que estes jovens já são alvo de muitas questões sobre as suas vidas pessoais. Apesar de distintas instituições contactadas apenas uma autorizou o estudo, permitindo a recolha de dados que não implicasse o contacto direto com os jovens.

Já sobre pistas para o futuro, a discente considera pertinente a existência de mais estudos ao nível da temática das perspetivas de futuro de jovens institucionalizados uma vez que é importante que todas as instituições trabalhem sempre em prol dos interesses dos jovens, trabalhando os seus níveis de autonomia, de modo a que após a saída da instituição estejam capacitados para orientarem as suas próprias vidas.

Sob o olhar enquanto Técnica Superior de Educação Social, no presente momento, é possível afirmar que devido às multiproblemáticas que as crianças/jovens institucionalizados se deparam, é fundamental os técnicos terem conhecimentos sobre respostas sociais existentes, que lhes são destinadas, de modo a promover uma sociedade mais igualitária e equitativa (Carvalho & Baptista, 2004).

## BIBLIOGRAFIA

- Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Conselho da Europa (2015). *Manual de legislação europeia sobre os Direitos da Criança*. European Union Agency for Fundamental Rights. Obtido de [http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/handbook\\_rights\\_child\\_por.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/handbook_rights_child_por.pdf)
- Alberto, I., Faria, S., Salgueiro A. & Trigo, M. (2008, fevereiro). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização*. Paper presented at the I Congresso Internacional em Estudos da Criança, Braga.
- Almeida, L. & Freire, T. (2008). *Metodologias de Investigação em Psicologia e Educação (5.ª Edição)*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Alvarez, D., Carvalho, R., Cordeiro, M. & Leandro, A. (2006). *Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 28(2), 255-267. Obtido de [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6145/1/2010\\_28%282%29\\_255.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6145/1/2010_28%282%29_255.pdf)
- Barbas, L. (2014). *Lar de infância e juventude especializado: O modelo terapêutico na perspetiva dos jovens e suas famílias* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8481/1/L%C3%BAcia%20Sofia%20Mourato%20Barbas.pdf>
- Barbosa, M. (2015). Educação e ambiguidades da autonomização: para uma pedagogia crítica da promoção do indivíduo autónomo. *Revista Brasileira de Educação*, 20(63), 995-1008. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/39612/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20ambiguidades%20da%20autonomiza%C3%A7%C3%A3o-RBE.pdf>
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (2 ed.). Lisboa: Edições 70.
- Batista, V., Brites, J., Cordeiro, L. & Ribeiro, R. (2016). Projeto de Vida em Lares de Infância e Juventude: Perspectivas dos Técnicos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1), 83-92. Obtido de <http://dspace.lis.ulsiada.pt/handle/11067/3501>

- Brustad, R. et al. (2010). Análise da estrutura factorial e da invariância da versão portuguesa da Satisfaction With Life Scale (SWLS) quando aplicada a adultos de ambos os sexos. *RPCD*, 10(2), 47-61. Obtido de [https://rpcd.fade.up.pt/\\_arquivo/artigos\\_soltos/2010-3/01.pdf](https://rpcd.fade.up.pt/_arquivo/artigos_soltos/2010-3/01.pdf)
- Campbell, A., Converse, P. E., & Rodgers, W. L. (1976). *The quality of American life*. Obtido de <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015071884634;view=2up;seq=6>
- Campina, A. et al. (2017). Bem-estar subjetivo: uma revisão narrativa da literatura. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 5, 1-4. Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/321840521\\_Bem-Estar\\_Subjetivo\\_Uma\\_Revisao\\_Narrativa\\_da\\_Literatura](https://www.researchgate.net/publication/321840521_Bem-Estar_Subjetivo_Uma_Revisao_Narrativa_da_Literatura)
- Cansado, T. (2014). *A institucionalização de crianças e jovens no Alentejo* (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora. Obtido de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13047/1/Institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20Tese.pdf>
- Caregnato, R. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, 15(4), 679-684. Obtido de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072006000400017&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, M. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Obtido de <http://makebraga.pt/wp-content/uploads/2017/03/CARVALHO-MJL-Acolhimento-2013.pdf>
- Carvalho, R. (2015). Quantitative and qualitative assessment of adolescents' future time perspective. *Paidéia*, 61(25), 163-172. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v25n61/1982-4327-paideia-25-61-0163.pdf>
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, M. & Cruz, H. (2015). Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*, 1-51. Obtido de [https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202306/Brochura-Autonomia-Final-28\\_05.pdf](https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202306/Brochura-Autonomia-Final-28_05.pdf)
- Carvalho, T. & Manita, C. (2010). *Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na*

- instituição*. In Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, Braga. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64468>
- CNPDP CJ (2019). *Legislação Específica*. Obtido de <https://www.cnpdp.cj.gov.pt/cpcj/legislacao/legislacao-especifica.aspx>
- Constituição da República Portuguesa, de 2005- VII Revisão Constitucional.
- Decreto-Lei n.º12/2008, de 17 de janeiro- Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo em Meio Natural de Vida
- Decreto-Lei n.º64/2007, de 14 de março. Obtido de [http://www.segurancaonline.com/fotos/gca/dl\\_64\\_2007\\_seg\\_social\\_1262716930.pdf](http://www.segurancaonline.com/fotos/gca/dl_64_2007_seg_social_1262716930.pdf)
- Delgado, P. & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?. *Análise Social*, 226(1), 112-134. Obtido de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a05.pdf>
- Dell'Aglio, D. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação com a Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415. Obtido de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98913/000822473.pdf?sequence=1>
- Diário da República Eletrónico (2017). Código Civil- Decreto-Lei n.º47344. *Diário do Governo*, 274(1), 1-428. Obtido de [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada-/lc/106487514/201703312258/73408057/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=diploma](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada-/lc/106487514/201703312258/73408057/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diploma)
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71-75. Obtido de [http://labs.psychology.illinois.edu/~ediener/Documents/Diener-Emmons-Larsen-Griffin\\_1985.pdf](http://labs.psychology.illinois.edu/~ediener/Documents/Diener-Emmons-Larsen-Griffin_1985.pdf)
- Direção-Geral da Saúde (2016). *Maus tratos em crianças e jovens: Perguntas frequentes para os profissionais de saúde*. Obtido de <https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/maus-tratos-em-criancas-e-jovens/perguntas-frequentes-para-os-profissionais-de-saude.aspx>
- EAPN (2017). *Estratégia Regional de Combate e Exclusão Social 2018-2028*. Obtido de <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/EstrategiaRegionaldeCombatePobrezaeExclusoSocial207>

.pdf

- Eira, P. (2013). *A escola, a família e os contextos na formação para o lazer* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Desporto, Porto. Obtido de <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2638/1/Tese%20de%20doutoramento%20%28Paulo%20Eira%29.pdf>
- Ferreira, P. (2005). *Estatística Descritiva e Inferencial*. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9961/1/AP200501.pdf>
- Fonseca, P. (2017). O Impacto do Acolhimento Institucional na vida de Adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 105(34), 285-296. Obtido de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/06.pdf>
- Fortin, M., Prud'homme-Brisson, D. & Coutu-Wakulczyk (2000). Noções de ética em investigação. In. M. Fortin (Ed.), *O processo de investigação. Da concepção à realização* (2.<sup>a</sup>Ed). Loures: Lusociência.
- Fossá, M. & Silva, A. (2015). Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *Qualit@s Revista Eletronica*, 17(1), 1- 14. Obtido de <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/2113/1403>
- Fraisse, P. (1984). Perception and estimation of time. *Annual Review of Psychology*, 35, 1-36. Obtido de
- Freitas, M. (2013, Outubro). Investigação qualitativa: contributos para a sua melhor compreensão e condução. *Indagatio Didactica*, 5(2), 1080-1101. Obtido de [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36479/1/Art\\_01\\_Indagatio\\_2013.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36479/1/Art_01_Indagatio_2013.pdf)
- García, T. & Peláez, A. (2008). *Trabajo Social com Grupo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Gonçalves, A. (2013). *Menores em Risco: Um Estudo dos Processos de Intervenção* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Bragança, Bragança. Obtido de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/9234/1/Andreia%20Marta%20Fernandes%20Gon%C3%A7alves.pdf>
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia.
- Instituto da Segurança Social (s.d.). *Manual de Boas Práticas: Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Obtido de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/14707/acolhimento\\_residencial\\_crianças\\_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8](http://www.seg-social.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8)
- Instituto da Segurança Social (2010). *Recomendações técnicas para equipamentos sociais: Lares de infância e juventude*. Obtido de [49](http://www.seg-</a></p></div><div data-bbox=)

social.pt/documents/10152/89989/rtes\_lar\_infancia\_juventude/7ab3f70e-9604-44d9-93b0-70c82c1c56fa

Instituto da Segurança Social (2017). *CASA 2017- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Obtido de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/16000247/Relatorio\\_CASA\\_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9](http://www.seg-social.pt/documents/10152/16000247/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9)

Kacmar, M., Miller, B. & Zivnuska, S. (2019). Self-perception and life satisfaction. *Personality and Individual Differences*, 139, 321-325. Obtido de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886918306378>

Leandro, A. (2007). Superar o Risco através da Educação e Qualidade de Infância. *Revista Escolhas*, 5, 1-64. Obtido de [https://issuu.com/comunicacaope/docs/revista\\_escolhas\\_5](https://issuu.com/comunicacaope/docs/revista_escolhas_5)

Lei n.º26/2018, de 5 de julho- Regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira.

Lei n.º142/2015, de 8 de Setembro- Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

Machado, S. & Reverendo, M. (2012). *Regulação emocional em adolescentes (ERICA): estudo da relação com a percepção da aceitação-rejeição materna*. Obtido de [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21438/1/Machado%26Reverendo 2 012pdf.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21438/1/Machado%26Reverendo%2012pdf.pdf)

Marchand, H. (2002). Em torno do pensamento pós-formal. *Análise Psicológica*, 10(2), 191-202. Obtido de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v20n2/v20n2a01.pdf>

Martins, P. (2015). Depois do entretanto: o acolhimento institucional como lugar de passagem de trajetórias de vida complexas. In A. Massena, L. Gago, M. Perquilhas & P. Guerra, *Intervenção em sede de promoção e proteção de crianças e jovens* (pp.123-189). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários. Obtido de [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Intervencao\\_sede\\_promocao\\_protecao\\_crianças\\_jovens.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Intervencao_sede_promocao_protecao_crianças_jovens.pdf)

Mateus, M. (2012). O Educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *EDUSER: revista de educação*, 4(1), 60-71. Obtido de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/7726>

Ministério da Educação e Ciência (2015). *Avaliação dos cursos Vocacionais (doc. Síntese)*. Obtido de

[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias\\_Imagens/2015\\_08\\_avaliacao\\_cursos\\_vocacionais\\_doc.\\_sintese.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/2015_08_avaliacao_cursos_vocacionais_doc._sintese.pdf)

- Moreira, C. (1994). *Planeamento e estratégias de investigação social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mota, C. & Matos, P. (2008). Adolescência e Institucionalização numa Perspectiva de Vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377. Obtido de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Mota, C. & Oliveira, I. (2017). O suporte social e a personalidade são significativos para os objectivos de vida de adolescentes de diferentes configurações familiares?. *Análise Psicológica*, 35(4), 425-438. Obtido de <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/1142>
- Nascimento, R. & Menandro, R. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 2, 72-88. Obtido de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=s1808-42812006000200007&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=s1808-42812006000200007&script=sci_abstract)
- Neves, S. (2015). *A regulação emocional, autoconsciência e satisfação com a vida em jovens institucionalizados e não institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Viseu, Viseu. Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/2957>
- Nogueira, S. (2013). *Impacto da Institucionalização nas Perspetivas Presentes e Futuras das Crianças e Jovens em Risco* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Viseu, Viseu. Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/1870>
- Oliveira, T. (1992). Teoria da Definição de Objectivos: A Importância da Natureza da Tarefa e seu Papel Moderador. *Análise Psicológica*, 3, 309-316. Obtido de [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1907/1/1992\\_3\\_309.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1907/1/1992_3_309.pdf)
- ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Obtido de <https://www.pcp.pt/actpol/temas/dhumanos/declaracao.html>
- Paiva, C. (2015). *Perspetiva temporal de futuro e elaboração de projetos pessoais: compreensão da dinâmica dos objetivos na iniciação e manutenção dos comportamentos aditivos* (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27135/3/Perspetiva%20Temporal%20de%20Futuro%20e%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Projetos%2>

OPessoais.pdf

- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 395-410. Obtido de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8809.pdf>
- Pavot, W. & Diener, E. (2008). The satisfaction with life scale and the emerging construct of life satisfaction. *The journal of Positive Psychology*, 3(2), 137-152. Obtido de <https://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&sid=f646fc86-a5b5-404d-8f64-93efd92b122d%40sdc-v-sessmgr06>
- Pavot, W., Diener, E., Colvin, R. & Sandvik, E. (1991). Further validation of the satisfaction with life scale: evidence for the cross-method convergence of well-being measures. *Journal of personality assessment*, 57(1), 149-161. Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/21236018\\_Further\\_Validation\\_of\\_the\\_Satisfaction\\_With\\_Life\\_Scale\\_Evidence\\_for\\_the\\_Cross-Method\\_Convergence\\_of\\_Well-Being\\_Measures/download](https://www.researchgate.net/publication/21236018_Further_Validation_of_the_Satisfaction_With_Life_Scale_Evidence_for_the_Cross-Method_Convergence_of_Well-Being_Measures/download)
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (s.d). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Obtido de [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=545A0063&nid=545&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=545A0063&nid=545&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo)
- QSR (2014). *Visão geral do NVivo- Software de suporte para pesquisa de métodos qualitativos e mistos*. Obtido de <http://download.qsrinternational.com/Resource/NVivo10/NVivo-10-Overview-Portuguese.pdf>
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reverendo, I. (2011). *Regulação Emocional, Satisfação coma Vida & Perceção da Aceitação - Rejeição Parental: Estudo de Adaptação e Validação da Versão Portuguesa do Emotion Regulation Index for Children and Adolescents (ERICA)*. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18199>
- Santos, P. (2014). *Maus-tratos, Resiliência e Desenvolvimento Moral: Uma investigação Ecológico-Cognitiva com Adolescentes Institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Universidade Portucalense, Porto. Obtido de <http://repositorio.uportu.pt:8080/jspui/handle/11328/919?mode=full>
- Santos, A. (2017). Os paralelos entre as fases do desenvolvimento cognitivo e gráfico.

- Psicologia.pt*, 1-7. Obtido de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0426.pdf>
- Silva, D. (2016). *Instituições de acolhimento de crianças e jovens: eliminação ou atenuação do risco e perigo?- O caso do Lar Esperança* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14404/1/Dina%20Elisabete%20Br%C3%A1s%20Silva.pdf>
- Silva, E. & Silva, D. (2004). *Direitos e valores fundamentais no início da vida humana*. Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/441>
- Siqueira, A. & Dell’Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. Obtido de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100010&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100010&script=sci_abstract&lng=pt)
- Sousa, J. (2016, abril). *A constituição é fundamental para a construção de um Portugal com futuro, livre, democrático e desenvolvido*. Paper presented at the Sessão Política e Cultural Comemorativa do 40.º aniversário da Constituição, Lisboa.
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31190/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rita%20Emanuel%20Sousa.pdf>
- Sprinthall, N. & Collins, A. (2003). *Psicologia do adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNICEF (1990). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Obtido de [https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)
- Velarde, M. & Martínez, P. (2008). Perspectiva temporal futura en adolescentes institucionalizados. *Revista de Psicología*, 26(2), 255-277. Obtido de <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/psicologia/article/view/1060/1024>
- Veríssimo, L. (2013). Motivar os alunos, motivar os professores: faces de uma mesma moeda. In A. Bolívar, et. al., (Eds), *Melhorar a Escola: Sucesso escolar, disciplina, motivação, direcção de escolas e políticas educativas* (pp.73-90). Obtido de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14704/1/Motivar%20os%20alunos,%20motivar%20os%20professores->

%20Faces%20de%20uma%20mesma%20moeda.PDF

Vicente, P., Reis, E. & Ferrão, F. (1996). *Sondagens – a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.

Zimbardo, P. & Boyd, J. (1999). Putting time in perspective: A valid, reliable individual-differences metric. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(6), 1271-1288.

Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/232460587\\_Putting\\_Time\\_in\\_Perspective\\_A\\_Valid\\_Reliable\\_Individual-Differences\\_Metric](https://www.researchgate.net/publication/232460587_Putting_Time_in_Perspective_A_Valid_Reliable_Individual-Differences_Metric)

## ANEXOS

### Anexo A (Questionário)

## QUESTIONÁRIO

### Carta de apresentação:

O presente questionário surge no âmbito da elaboração do projeto final do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu.

Com este inquérito pretendo questionar os jovens acerca das suas perspetivas para o futuro e a forma como ambicionam alcançar essa idealização, sendo também abordada a temática escolar.

Apelo à tua colaboração e à tua sinceridade quando responderes às questões que vais encontrar, bem como em verificares se nenhuma delas ficou por responder. As respostas serão breves, pelo que não te irei ocupar demasiado tempo. Todas as respostas que aqui escreveres serão totalmente anónimas, ninguém te conseguirá identificar. Obrigada pela tua colaboração.

### 1. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS Idade: \_\_\_

Género: Feminino \_\_\_\_\_ Masculino \_\_\_\_\_

Ano de escolaridade/ Curso a frequentar: \_\_\_\_\_

### 2. INSTITUIÇÃO

#### 2.1. Como defines as tuas relações com os restantes jovens?

\_\_\_\_\_

#### 2.2. Como defines as tuas relações com as pessoas que aqui trabalham?

\_\_\_\_\_

#### 2.3. Sobre o teu projeto de vida, tens algum conhecimento sobre esse assunto?

(Assinala com um X a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

#### 2.3.1. Se sim, costumam pedir a tua opinião para formularem o teu projeto de vida?

(Assinala com um X a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**2.4. Consideras que esta instituição te dá asas para vires a ser aquilo que realmente sonhas?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**2.4.1. Justifica.**

---

---

**2.5. Se fosses tu a “comandar” mudarias alguma coisa na instituição?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**2.5.1. Se sim, o que mudarias?**

---

---

**2.6. Para ti, o que significa “satisfação com a vida”?**

---

---

---

**3. ESCOLA**

**3.1. Como defines a tua escola?**

---

**3.2. Gostas de andar na escola?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**3.2.1. O que mais gostas de fazer na escola?**

---

**3.3. Para ti, faz sentido estudar?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**3.4. De tudo o que aprendes na escola achas que isso é importante para ti?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**3.4.1. Justifica**

---

---

**3.5. Consideras que a escola é um meio para te proporcionar um futuro melhor?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**3.5.1. Justifica.**

---

---

**4. Perspetivas de Futuro**

**4.1. Costumas falar com os(as) doutores(as) ou com os(as) funcionários(as)**

**sobre o que gostarias de ser no futuro?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**4.2. O que pretendes fazer no futuro?**

---

---

**4.2.1. E como pensas alcançar esse teu objetivo?**

---

---

**4.3. Desde que te lembras, sempre tiveste o mesmo sonho para a tua vida?**

(Assinala com um **X** a resposta que te parece mais adequada)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

**4.3.1. Se não, qual era antes o teu sonho?**

---

---

**Muito Obrigada pela Tua Colaboração!** 😊😊  
A mestranda da Escola Superior de Educação de Viseu:  
Andresa Silva

## Anexo B (Cronograma)

Tabela 13-  
Cronograma

<u>Mês</u> (2019)	Setembro (2018)				Outubro (2018)				Novembro (2018)				Dezembro (2018)				Janeiro (2019)				Fevereiro			
	<u>Semanas</u> 1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>
<u>Tarefas</u>																								
Revisão da Literatura																								
Definição da Questão de Estudo																								
Definição dos Objetivos																								
Seleção da amostra																								
Contactos com distintas instituições																								
Construção/Reformulação dos instrumentos																								
Contactos com o Diretor da Instituição para o estudo																								

<u>Mês</u>	Março (2019)				Abril (2019)				Maio (2019)				Junho (2019)				
<u>Semanas</u>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	
<u>Tarefas</u>																	
Recolha de dados																	
Análise dos resultados																	
Conclusão do projeto de investigação																	

**Anexo C (Consentimento)**

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

**Investigação no âmbito de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco**  
Autora: Andresa Pinto da Silva

Exmo. Sr. Tutor,

No âmbito do projeto final de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, pela Escola Superior de Educação de Viseu, eu, Andresa Silva, encontro-me a desenvolver um trabalho de investigação, sob orientação da Professora Doutora Susana Fonseca e coorientação da Professora Doutora Maria João Amante, cujo objetivo principal assenta em conhecer as perspetivas de futuro das jovens institucionalizadas.

Esta investigação não lhe trará algum custo ou risco. As informações recolhidas serão efetuadas através de um instrumento de inquérito por questionário e por uma escala de satisfação com a vida - *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) dirigido aos clientes da Instituição, para possibilitar um melhor entendimento dos factos. Qualquer informação identificativa do participante é confidencial e não será em momento algum revelado a terceiros, nem publicado.

A participação dos clientes neste estudo é voluntária e, poderão recusar a participar.

-----

Depois de ler as explicações acima referidas, concordo com todas e declaro que autorizo os clientes da presente instituição a participar nesta investigação.

Assinatura

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

**Muito obrigada pela colaboração**  
**Andresa Silva (Licenciada em Educação Social- esev11074@esev.ipv.pt)**